



Anais da Assembléia

Nº 45

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 13 DE MAIO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 60ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 1975

(Terça-Feira).

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Maurício Fruet e Lúcio Machado.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomei, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quíelso Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valtér Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (49); achando-se ausentes os Srs. Deputados Paulo Camargo, Aragão de Mattos Leão, Fabiano Braga Cortes e Gabriel Manoel. (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura das Atas das Sessões anteriores que são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

OFÍCIOS:

Sob os nºs 52, 53, 54 e 55/75, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

08/74: Do Senhor Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de Utilidade Pública, o Albergue Noturno Olimpia Ferreira da Cidade de Alvorada do Sul, o qual convertido em Lei tomou o número 6.667. – *Agradeça-se.*

87/74: Do Senhor ex-Deputado IRIS CALDART, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cascavel, com sede na cidade do mesmo nome, o qual convertido em Lei tomou o número 6.665 – *Agradeça-se.*

132/74: Do Senhor ex-Deputado XENOFONTE VILLANUEVA, que declara de Utilidade Pública a Creche Vila Oliveira, com sede e foro no Município de Rolândia, o qual convertido em Lei tomou o número 6.668. *Agradeça-se.*

179/74: Do Senhor ex-Deputado OSVALDO SANTOS LIMA, que declara de Utilidade Pública, o Montepio da Justiça do Brasil, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 6.664.

Agradeça-se.

Sob os nºs 48, 49, 50-e 51/75, do Senhor Governador do Estado,

comunicando haver sido VETADO INTEGRALMENTE, os Projetos de Lei nºs:

70/72: Do Senhor Deputado DOMÍCIO SCARAMELLA, no qual visa criar na cidade de União da Vitória, sob regime de Fundação, uma Escola Técnica destinada à aprendizagem industrial. – À C.C.J. –

88/72: Do Senhor Deputado WILSON FORTES, que visa criar um estabelecimento de ensino de primeiro grau, no Distrito de São José do Ivaí Município de Santa Izabel do Ivaí, para funcionar a partir do próximo ano letivo. – À C.C.J. –

35/74: Do Senhor ex-Deputado que visa transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga os Municípios de Contenda e Balsa Nova. À C.C.J. –

125/74: Do Senhor Deputado GABRIEL MANOEL, que dispõe sobre a doação, ao Município de Curiuva, de uma Pá Carregadeira, marca Traxcavator Fiat, modelo F.L.6, número 58, pertencente ao 16º Distrito Rodoviário. – À C.C.J. –

134/74: Do Senhor Deputado GILBERTO CARVALHO, que objetiva dar ao artigo 1º da Lei n. 6/59, de 18 de fevereiro de 1959, a seguinte redação: “O tempo de serviço público prestado pelos ex-serventários da Justiça, compreendendo os titulares e respectivos auxiliares, bem como o, tempo de serviço dos servidores da Associação dos Servidores do Paraná e da Cooperativa do Estado, será contado para efeitos de aposentadoria e disponibilidade. – Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o plenário, seja consignado nos Anais da Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Professora LEONTINA CONTIM, ocorrido em PONTA GROSSA, em data de 8 de maio do corrente.

Requer, após a decisão desta Casa, seja comunicada à Família enlutada.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1975.

a) DAVID FEDERMANN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, à Casa, após ouvido o plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. CESLAVA KOVALESKI BISMAYA.

Pessoa de tradicional família, e residente a longos anos em União da Vitória, professora aposentada, deixa seu falecimento uma lacuna que jamais será preenchida por todos os que a conheceram.

Requer, outrossim, seja a família enlutada cientificada do teor deste requerimento.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1975.

a) DOMICIO SCARAMELLA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, após ouvido o plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. CONCEIÇÃO CARNEIRO PACHECO, ocorrido em Clevelândia.

Pessoa de tradicional família, e residente a longos anos naquele município, deixa seu falecimento uma lacuna difícil de ser preenchida por todos que a conheceram.

Requer, outrossim, seja a família enlutada cientificada do teor deste Requerimento.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1975.

a) DOMICIO SCARAMELLA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Toda a iniciativa que objetiva trazer contribuição à agricultura, mormente em nosso Estado, que dela em grande parte depende, deve merecer o respeito e o aplauso.

É o caso que agora ocorre com o lançamento, pela Editora Bloch, da revista "Agricultura da Hoje". Publicação de alto nível, que, ao dirigir-se aos produtores com toda a série de proveitosas informações, tem o mérito de levantar as mais sérias questões sobre a agricultura e produzir um sadio e bem proveitoso debate.

Deve ser acrescentado que, a direção daquela editora, numa homenagem ao Paraná e aos que aqui labutam e produzem, fez o lançamento da revista em nosso Estado, na cidade de Paranavai.

Assim considerando, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja consignado em Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de efusivas congratulações com a direção de Bloch Editores S.A., pelo lançamento e publicação da revista "Agricultura da Hoje", e com distribuição e direção da revista pelo excelente trabalho que vem apresentando.

Outrossim, requer mais que se dê ciência da decisão da Casa, à Bloch Editores S.A. e à revista "Agricultura da Hoje".

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1975.

a) ENEAS FARIA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Existem ocasiões, na vida das comunidades, em que quaisquer divergências de opinião ou de partidarismo cedem lugar para reflexões mais altas e mais imprevistas.

Creio, sinceramente, que o Paraná, vive na atualidade, um desses momentos.

É que todas as camadas sociais, políticas e jurídicas do Paraná, tem sua atenção voltada para um assunto que diz de perto os mais autênticos interesses da coletividade conterrânea.

Refiro-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao movimento de opinião, já sublimando com muita oportunidade por vibrantes matutinos do Estado, no tocante, aos critérios de preenchimento de duas vagas ora existentes no Colendo Supremo Tribunal Federal, a primeira decorrente de aposentadoria, já verificada há alguns meses, do Ministro OSWALDO TRIGUEIRO; e a segunda que ora se abre com a jubilação do Ministro ALIOMAR BALEEIRO, ambos eminentes juristas brasileiros e que prestaram valiosos serviços no exercício da mais alta magistratura do Poder Judiciário Nacional, como integrantes do Supremo Tribunal Federal.

Creio ainda, que chegou a hora de o Paraná, por suas forças vivas, fazer sentir sua presença junto aos altos Conselhos de República, a fim de que uma daquelas vagas seja destinada a um jurista da terra paranaense.

A nossa pujança econômica; o nosso potencial humano e social; o alto teor do mundo jurídico e cultural do Paraná, que revelou, ao Brasil, nos idos de 1912 a formação da primeira universidade brasileira; o corpo político de nosso Estado, que hoje congrega um dos mais pujantes colégios eleitorais do País — tudo isso, somado às nossas mais caras tradições, dentro da grande Pátria brasileira, justifica, sem dúvida, a legitimidade da reivindicação.

Aqui, para o encaminhamento desse problema, não há de negar, constitucionalmente está entregue à clarividência do primeiro Magistrado da Nação, o eminente Presidente Ernesto Geisel — deve despertar o pronunciamento desta Assembléia, como depositária da vontade dos Representantes do poder paranaense.

E, para tanto, quando está em jogo o superior interesse de todo o Estado, não há partidos, não há discriminações, não há qualquer sentido regionalista. Porque acima de tudo, e de todos predomina o sentimento mais puro de quantos, brasileiros de todos os quadrantes, paranaenses de coração e paranaenses de nascimento, vivem e trabalham sob os imperativos da confraternização, da ordem e de amor à Pátria comum.

Por isso, é que venho a esta Tribuna para pedir atenção dos meus companheiros de lutas parlamentares, sejam da ARENA, sejam do MDB, com assento nesta Casa, em torno desse assunto que requer o pronunciamento do Poder Legislativo do Paraná.

O nosso Estado, é oportuno recordar, já contou com um de seus mais ilustres filhos como integrante do Colendo Supremo Tribunal Federal — refiro-me à personalidade do lapaeano, Ilustre Dr. Ubaldino do Amaral, que, nos primeiros anos da República, teve a ventura de exercer, por pouco tempo, é verdade, a alta e dignificante função de membro do Pretório Excelso.

Quer no seio da Magistratura, quer, nas fileiras do Ministério Público, quer nas Cátedras de nossas Faculdades de Direito, no âmbito da nobre classe dos advogados, encontraremos, por certo, figuras exponenciais de juristas, que, por suas qualidades morais e culturais, estão a altura da alta e significativa investidura. É claro que o poder de escolha, com o placet do Senado da República, está entregue, preenchidos os requisitos constitucionalmente previstos ao Chefe da Nação.

Mas, tenho para mim, que não é inoportuno que o Poder Legislativo do Estado, somando a sua voz a de tantas outras vozes autorizadas que já se fizeram ouvir a respeito, como, por exemplo a manifestação da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção Regional — e a Associação dos Magistrados do Paraná, se pronuncie sobre o palpitante assunto, agora interpretando a voz popular que se derrama nesta Casa, sempre que estão em jogo os superiores interesses do Paraná.

Nessas condições, requeiro que a Mesa, ouvido o Plenário, haja por bem endereçar moção de apoio à campanha que visa elevar um Jurista paranaense para o Supremo Tribunal Federal, dirigindo, nesse sentido, ofício ao Exmo. Sr. Governador do Estado, bem como telegrama ao Eminente Presidente da República General Ernesto Geisel, em cuja alta capacidade de discernimento e de escolha se deposita a mais irrestrita confiança, tudo para que um Jurista paranaense seja escolhido por Sua Excelência, em homenagem aos focos de cultura, de desenvolvimento e de progresso do Paraná.

Requer-se finalmente, que seja dada ciência da moção aprovada aos integrantes da representação paranaense, junto ao Senado da República e à Câmara dos Deputados.

É o que tinha a dizer, estando certo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que trago a consideração dos meus pares, matéria de inegável oportunidade e justiça.

Sala Sala das Sessões, em 13 de maio de 1975.

a) LUIZ GABRIEL SAMPAIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

1 - Que, se não bastasse a absurda localização da Superintendência Sul da R.F.F.S.A. no Rio Grande do Sul, ao invés do Paraná, - cuja viabilidade e racionalidade foi sobejamente comprovada nesta Casa Mediante bem fundamentado memorial elaborado pelo Instituto de Engenharia do nosso Estado - agora, anuncia-se decisão daquela Superintendência em transferir o Museu Ferroviário localizado em Curitiba para Porto Alegre;

2 - Que, o referido Museu Ferroviário, se constituiu - através dos tempos - graças aos esforços e pesquisas de paranaenses, selecionando em seu acervo peças históricas valiosas diretamente relacionadas com o Paraná, destacando-se os instrumentos de engenharia utilizados na construção da estrada Curitiba - Paranaguá, documentos da retirada do Cêrco da Lapa e da chegada de D. Pedro II em 1.880, entre outros;

3 - Que, se confirmada a anunciada disposição o fato se constituirá numa afronta as tradições históricas paranaenses principalmente porque, se não dispusesse a R.F.F.S.A., aqui, de condições ideais para continuar locando o museu - o que não ocorre - o certo, o justo, o correto, o racional, seria destinar o acervo ao Museu Paranaense, em Curitiba.

Tendo em vista o exposto, requiero, ouvido o Plenário, o envio de telex, hoje, ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes e ao Exmo Sr. Superintendente da R.F.F.S.A. - Sul -, dando-lhes ciências do inteiro teor deste, e solicitando a S. Exas. que atendam as considerações desta Casa.

Outrossim, requiero também, o envio de cópia autenticada do presente ao engenheiro Carlos Tourinho, Presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense - cuja ação em defesa dos interesses históricos do Paraná tem sido uma constante.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

CONSIDERANDO:

1. Que gestões vem sendo desenvolvidas no Rio Grande do Sul e em outros Estados, buscando sensibilizar as autoridades da União para a implantação em suas regiões do 3º Polo Petroquímico do Brasil, cuja localização está para ser definida pelos responsáveis pela política federal do setor;

2. Que o Paraná é o Estado que reúne de acordo, com estudos técnicos melhores condições para sediar o 3º Polo Petroquímico;

3. Considerando que recente estudo promovido pelo engenheiro químico Ricardo H. Kozak, que coordenou a implantação de indústrias petroquímicas no Paraná - cujo resumo do trabalho foi objeto de publica-

ção na Revista Paranaense de Desenvolvimento se constata as seguintes conclusões;

a) presença da Refinaria de Araucária, de grande porte projetada tendo em conta a produção de nafta para petroquímica, e que irá dispor de grandes excedentes de óleo combustível, insumo indispensável para a operação petroquímica;

b) proximidade do polo petroquímico de S. Paulo, proporcionando o início do desligamento gradual do cordão umbilical da região sul com São Paulo sem comprometer economicidade do parque industrial desse Estado;

c) proximidades dos mercados sulino e paulista, tornando fácil e sem gravames o abastecimento do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e adicionalmente atendendo eventuais déficits da região paulista;

d) facilidade de implantação de infra-estrutura graças à disponibilidade de água energia elétrica, terrenos e escolas especializadas;

e) infra-estrutura de transporte adequada para atendimento dos mercados regional e paulista e eventualmente externo;

f) mercado petroquímico já embionado, com grande capacidade de processamento de plásticos já instalada e em instalação;

g) disponibilidade de técnicos especializados dada a existência de escola de engenharia química, assim como de escolas de engenharia de várias especialidades e de escolas técnicas. A presença da Superintendência Industrial do Xisto poderia concorrer para a formação de mão-de-obra qualificada.

h) perspectiva de suprimento de matérias-primas locais em decorrência dos planos em desenvolvimento da SIX para aproveitamento do xisto.

4. Que, conforme trabalho elaborado pelo IPARDES, através do professor de Econometria da Faculdade de Economia e Administração da USP, Sr. IVO TORRES e analisando a estimativa da demanda de quatro grandes grupos de produtos petroquímicos (Elastômeros, detergentes, fibras sintéticas e plásticos) se concluiu que o consumo de cada um, será, no Paraná o maior da Região Sul e o de São o maior do País;

5. Que, a importância da localização do 3º Polo Petroquímico no Paraná é fator fundamental ao nosso desenvolvimento e que estudos técnicos recomendam a localização aqui;

6. Que esta Assembléia, representante autêntica de oito milhões de paranaenses deve atuar desivamente neste setor visando sensibilizar o Governo Federal em defesa da justa reivindicação, pois a localização em nosso Estado corresponde também aos interesses nacionais,

Requero, regimentalmente, a constituição de Comissão Especial integrada por cinco deputados, para que, com o prazo de 30 (trinta) dias ofereça novos subsídios para a ratificação dos fatos concretos aqui expostos.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, REQUER, ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que determine a reconstrução da estrada São Mateus do Sul - Palmeira, utilizando o mesmo material empregado na estrada Irati - Imbituva.

Sala das Sessões, em 5 de maio de 1975.

a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICAÇÃO:

A estrada de São Mateus do Sul - Palmeira, há muito tempo necessita ser reconstruída, pois encontra-se atualmente em precaríssimas condições de tráfego, tendo-se em vista que na mesma existem muitas pedras soltas, e que não só desgastam exageradamente os pneus, como também estes são furados com facilidade e constantemente, o que constitui um perigo aos que por lá transitam, inclusive ônibus, que ao estourar um pneu, correm o risco de serem atirados contra os barrancos e em alguns

lugares, virem até mesmo tombar, o que causaria graves acidentes, pois tais ônibus transitam lotados de passageiros que poderiam sair feridos e muitos até sem vida.

Diante das justificações apresentadas, urge que seja reconstruída tal estrada, utilizando-se o mesmo material que foi empregado na estrada Irati - Imbituva, e que temos ciência, solucionou o problema que enfocamos através do presente.

Assim sendo, solicitamos dos ilustres Pares, o devido apoio e consequente aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidos pelo Regimento Interno, REQUER, ouvido o plenário, se encaminhe ofício ao Senhor Doutor OZIERES STHENGUEL GUIMARÃES, consubstanciando apelo no sentido de que aquela Secretaria, através do Departamento de Estradas de Rodagem, execute o revestimento asfáltico da pista do Aeroporto da cidade de Pato Branco.

Desnecessário invocar e ressaltar o significado e importância da obra para uma das mais prósperas e produtivas regiões do nosso Estado, como se ser a do Sudoeste.

Outrossim, cumpre esclarecer que o DER está procedendo o asfaltamento da rodovia Pato Branco - Francisco Beltrão, tornando-se assim mais conveniente e econômico que a firma empreiteira desta obra execute e proceda o revestimento daquele Aeroporto.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1975.

a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o plenário, Requer seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário do Interior, para que a SANEPAR, informe a esta casa, qual o motivo da paralização das obras em Francisco Alves, tão bem iniciadas por ocasião das eleições.

A referida obra iniciada, vem traduzir a real situação do referido Município, e ansiosidade de seus Municípios ver a obra entregue à população.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, o envio de ofícios ao Senhor Governador do Estado e ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando a criação e a instalação de Comarca a ser sediada no município de Altonia:

Justificamos o que acima pleiteamos afirmando que o célere e seguro desenvolvimento sócio-econômico do município de Altonia é requisito atestatório suficiente à sua soberania forense.

Sua área territorial de 1.101 quilômetros quadrados, dividida em mais de 6 mil propriedades rurais, é ocupada por uma população que excede o número de 60 mil habitantes.

Altonia localiza-se a mais de 60 quilômetros do município sede da Comarca. São 60 quilômetros de estrada natural, cujo estado de conservação dificulta a locomoção entre os dois municípios.

O elevado número de processos oriundos de Altonia, que diariamente dão entrada na Comarca de Xambê é fato a ser levado em alta consideração, pois sobrepuja os originários da própria sede da Comarca.

Nossa crença no elevado senso de discernimento, marca latente a

mais na personalidade de cada colega nosso, torna-nos convicto do total e pleno acolhimento à presente proposição.

O espírito desenvolvimentista de nosso Tribunal de Justiça oferece-nos a tranquilidade quanto também ao atendimento ao nosso requerimento.

Ao Governador do Estado do Paraná, lembramos palavras suas "Não faço promessas, assumo compromissos". Que a criação e a instalação da Comarca de Altonia, seja o seu próximo compromisso.

Palácio "19 de Dezembro", 13 de maio de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

a) ANTONIO FACCI - apoio

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, após consultado o plenário, requer seja oficiado ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER, providências para recuperação do trecho da Ponte do Rio Iguaçu, na Estrada Três Pinheiros - Pato Branco, BR-373, entre os km 253 a 270.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1975.

a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

O trecho da BR-373, que dá acesso a Ponte do Rio Iguaçu, desde logo a entrega da estrada apresentou defeitos na pista de rolamento, culminando a mais de ano por ocasionar buracos que põem em risco os que trafegam por aquela via. Urge que seja processada uma recuperação imediata, a fim de evitar-se acidentes de maiores consequências para o futuro, mormente para os viajantes que desconhecem o estado precário em que se encontra aquele trecho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando as seguintes informações:

1 - Quais os vencimentos fixos, vantagens ou Comissões percebidos pelos senhores diretores das empresas: Telepar, Copasa, Copel e Sanepar, em que é acionista majoritário o Estado do Paraná?

2 - Quais os senhores diretores das referidas empresas que no período de março de 1964 a abril de 1975 solicitaram e objetivaram licença de seus cargos, para ocuparem outros cargos públicos ou em empresas particulares?

3 - No período de suas licenças continuaram os referidos diretores percebendo seus vencimentos e vantagens nas empresas de origem, cumulativamente aos proventos dos setores a que passaram a prestar serviços?

4 - Queiram informar quais os períodos de afastamento dos senhores diretores licenciados, as importâncias recebidas pelos mesmos durante o afastamento, quer como vencimentos, vantagens, gratificações ou participações?

5 - Finalmente, se presentemente, existem diretores licenciados em qualquer das companhias acima? Em caso positivo, quem são e quanto percebem?

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1975.

a) Domício Scaramella, José Domingos Scarpelini, Ernesto Gnoato, Lúcio Machado, Fidelcino Tolentino, Deni Schwartz, Jayme Rodrigues Carvalho, Osvaldo Macedo, Waldenício Barbalho, Luiz Carlos Zuk, Accioly Neto, Wilson Fortes, Otássio Pereira, Gabriel Manoel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer o envio de Telex ao Presidente da Rede Ferroviária Federal, com sede no Rio de Janeiro, do seguinte teor:

"Assembléia Legislativa Paraná manifesta-se contrária transferência acervo Histórico da Rede, pretendida essa Superintendência. O acervo constitui parte integrante da História do Paraná e consequentemente não se justifica sua transferência para o Museu Júlio de Castilhos. Integram o referido acervo, subsídios valiosos construção estrada de ferro Curitiba Paranaçu, obra de engenharia das mais maravilhosas do mundo, bem assim peças referentes da Histórica retirada das tropas da cidade da Lapa, onde muitos filhos do Paraná derramaram seu sangue em defesa da Nação. Apela a Assembléia seja o referido acervo transferido para o Museu Paranaense, caso não seja possível destinar as peças históricas para um lugar próprio e definitivo o que seria o ideal. Finalmente associa-se esta Casa de Leis ao apelo feito pelo presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, engenheiro Luis Carlos Tourinho".

Outrossim requer o signatário do presente que da deliberação da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Senhor Ministro dos Transportes, ao Exmo. Senhor Governador do Estado e ao Presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1975.

a) WILSON FORTES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, nos termos da Resolução nº 2/71, que deu nova redação ao Título IV, do Regimento Interno, indica os nomes dos Deputados ACCIOLY NETO, LUIZ ROBERTO SOARES, e IVO THOMAZONI, para constituírem a Comissão Especial de 5 (cinco) membros incumbida de emitir parecer sobre a Emenda Constitucional, objeto de apreciação pela Colenda Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1975.

a) IVO THOMAZONI

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 56/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA DA CIDADE DE MARINGÁ.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1975.

a) ANTONIO FACCI

JUSTIFICAÇÃO:

A documentação em anexo comprova plenamente que a Associação de Proteção a Maternidade e a Infância, da cidade de Maringá, preenche os requisitos legais necessários à sua declaração de utilidade pública tanto que: possui personalidade jurídica, está em efetivo funcionamento prestando, desinteressadamente, serviços à coletividade, desde a sua fundação em 08 de dezembro de 1954. Acresce ainda, ressaltar, que os cargos de sua Diretoria são exercidos gratuitamente, e que a Associação não distribui dividendos ou gratificações entre seus Associados.

O Relatório Anual, referente, ao exercício de 1974, (em anexo), nos dá conta do grande serviço que essa entidade vem prestando à coletividade Maringáense, quando, entre outros, distribuiu 19.739 Unidades de Medicamentos, atendeu o total de 1.235 doenças transmissíveis, orien-

tou 4.885 senhoras, aplicou mais de 700 vacinas no Posto da Associação e internou perto de 500 crianças.

Essas são as razões que nos leva a oferecer à elevada consideração de nossos nobres pares o presente Plano de Lei.

O SR. PRESIDENTE - Está finda a leitura do Expediente.

Antes de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, a Mesa anuncia com satisfação a presença no plenário do Dr. Ruy Carneiro Teixeira, digno Vereador de Curitiba e Suplente de Deputado Federal. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta casa, em proposição do Deputado Benedito Lúcio Machado, recentemente votou requerimento de autoria daquele deputado, em que apresentava voto de regozijo e felicitações ao Canal 4, Televisão Iguaçu, de Curitiba, pelo programa que seria lançado naquele dia, de interesse geral principalmente, da Capital e do Estado. Cujo dirigente e apresentador era o ex-Deputado Erondy Silvério. E não foi sem oportunidade, que o parlamentar Lúcio Machado apresentou este requerimento votado por esta Casa. Curitiba está sendo agora, no meu entender, mais informada e orientada até das coisas que acontecem na vida administrativa e política do município.

O curitibano tem tido através deste programa de grande audiência, com o ex-Deputado Erondy Silvério, que dá oportunidade de se conhecer os acertos e os erros da administração para bem julgar.

Venho, agora, apresentar um requerimento de moção, uma proposição mais ou menos da mesma natureza também dirigido e endereçado à administração do Canal 4, cumprimentando, regozijando por mais um programa, enriquecendo o conteúdo das apresentações daquele canal de televisão, que está sendo lançado em nosso Estado, dirigido e apresentado pelo ilustre homem público Cândido Manoel Martins de Oliveira. É um programa político, onde objetiva o encontro de autoridades do Estado, do Executivo, do Legislativo e de outros Poderes de todos os órgãos de administração pública, para um contato com o telespectador, para dizer do quanto se faz e se pode fazer em favor do Paraná e do Brasil através dos seus representantes. No meu entendimento, a administração, a direção do Canal 4, não poderia ter felicidade maior do que lançar este programa, necessário acima de tudo para o Paraná, não poderia ser melhor do que dirigido pelo ex-Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira. Tive a felicidade de levar o Presidente desta Casa ao seu programa, e apresentou hoje, o ilustre Deputado Osvaldo Macedo, de Londrina, dizendo do que pensa, principalmente no que diz respeito ao sistema político brasileiro.

Em outra oportunidade, Martins de Oliveira, levará para todo o Paraná, pessoas não menos ilustres para discorrerem das coisas que temos na área política do Paraná.

Assim sendo, encaminhamos à mesa, requerimento no seguinte teor: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares, REQUER, após ouvido o plenário, seja enviado à Direção da TV Iguaçu, Canal 4, um voto de aplausos pela iniciativa da apresentação do programa político, diário, brilhantemente apresentado pelo ex-Deputado, Cândido Manoel Martins de Oliveira.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1975".

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Del Ciel, segundo orador inscrito.

O SR. DEL CIEL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tivemos um final de semana bastante movimentado, vivendo o drama da educação paranaense, drama este narrado periodicamente, a cada um dos Srs. Parlamentares nesta Casa Legislativa, por professores, por representantes de entidades classistas, e, ao chegar ao nosso Norte do Paraná, tomamos conhecimento de episódio lamentável que vive o vizinho município de Assaí, onde arbitrariamente o comando político, condenável ainda por se fazer presente na educação paranaense. Hoje procu-

rava justificar a companheiros de minha bancada a nossa posição e a nossa decisão de, através da imprensa, anunciar a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para assuntos da Educação. Assim, procedemos, ao sentir que, principalmente em nossa região, se não bastassem os dramas vividos pelos 13.000 professores supletaristas do Paraná, narrados constantemente a todos nós Deputados, se não bastasse que a todo o instante a educação fosse prejudicada por decisões muitas vezes arbitrárias, desmando são cometidos em prejuízo de todo o quadro educacional do Paraná. Naquele município caía uma Diretora por ter, talvez, seu esposo, ter sido candidato do MDB à Prefeitura Municipal de Assaí, e em seguida, o Diretor do Colégio Estadual também, por atendimento a solicitação política do homem que tem o comando político naquela região, e o município viu ser deposto o Diretor de tanto tempo, que tão relevantes serviços tinha prestado à Educação daquela terra. Jovens foram detidos e levados como marginais à cadeia pública daquela comunidade. Impedidos da infantil ou da juvenil manifestação de solidariedade ao seu professor, que tão bem queriam, que viam a cabeça rolar, degolada, na sua cidade, no seu município. Vimos em seguida professores supletaristas do Estado do Paraná, no seu pagamento do mês de abril, quando tiveram seus cheques devolvidos, lecionando ou cumprindo dez, doze ou quinze aulas, percebendo tão somente o valor equivalente a dez aulas, vêem ainda que a Secretaria de Educação e Cultura determinou que se recolha o vencimento do mês de abril.

Desde 1971 não mais se realiza concurso para o magistério público do Paraná e muitos dos Senhores haverão de se lembrar da lei federal 5.692, a famosa 5.692 da reforma de ensino, lei esta que já nasceu arcaica, superada e impraticável, que parece valer tão somente para o Estado do Paraná.

Vemos o Estado de São Paulo anunciar concurso para cinco mil vagas no magistério público, para primeiro e segundo grau.

Esta é, a meu ver, uma das soluções para o problema do supletarista do Estado do Paraná.

Vários acontecimentos justificam a nossa intenção. Quando aqui chegamos, vimos a comunicação que era transmitida ao nosso companheiro de bancada, para ser analisado nesta sessão seu requerimento convocando o Sr. Secretário de Educação e Cultura. A bancada governista anunciava o fechamento de questão para que o Sr. Secretário de Educação não viesse à Casa do povo paranaense, para justificar e dizer da situação do Estatuto do Magistério que se encontra engavetado, há tanto tempo, por muitas vezes anunciando, mas até o momento sem nenhuma perspectiva, de desengavetamento.

O nosso partido muito deve a todas as classes trabalhistas do Estado do Paraná e não mais se justifica a busca de meias medidas.

Quando se trata de convocar o Sr. Secretário de Educação e Cultura a vir a esta Casa Parlamentar, o partido governista vota à Oposição este direito pleiteado já por várias vezes, procurando a melhor solução através de um caminho único que se apresenta e que não provocará nenhum prejuízo ao Governo do Estado, à nossa gente, mas pelo contrário, cristalizará a situação da educação paranaense que como está não mais pode permanecer, com professores, diretores de estabelecimentos de ensino e estudantes injustiçados por todo o território paranaense.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência comunica que está esgotado o prazo e concede dois minutos ao orador para terminar.

O SR. DEL CIEL — Com o tempo já esgotado, e impedidos de ocuparmos o Grande Expediente, já que doze oradores virão à tribuna para tratar de problemas do povo paranaense, anuncio nesta oportunidade o desejo e a intenção de constituirmos uma Comissão Parlamentar de Inquérito para encontrar os melhores caminhos, buscando as soluções que haverão de sorrir para o Magistério paranaense, para a Educação paranaense, para evitar que se transformem, como já disse, num quadro mais negro a cada dia que passa.

Oportunamente, voltaremos ao assunto, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, terceiro orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recebemos, de Inácio Martins, um abaixo-assinado, e posteriormente, uma declaração de denúncia que fez o presidente do Diretório municipal de nosso partido, naquela localidade, contra o delegado de Polícia que exerce, paralelamente à sua função, à sua atividade, as funções de corruptor e coator, principalmente contra aqueles que integram a bandeira do MDB, naquela cidade.

O abaixo assinado está vasado nos seguintes termos: (Lê):

“Sr. Deputado LÚCIO MACHADO.

Os abaixo-assinados, brasileiros, casados, residentes, e comiciados no município de Inácio Martins, neste Estado, tendo em vista os inúmeros abusos cometidos pelo 2º Sargento de Polícia SEBASTIÃO TABORDA DOS SANTOS, com função de Delegado de Polícia naquela localidade, vem pedir, através de V. Exa., medidas junto à Secretaria de Segurança Pública, e seu recolhimento, após certificar-se dos acontecimentos denunciados.

Inácio Martins, 9 de maio de 1975”.

Seguem diversas assinaturas.

Em sequência, Srs. Deputados, recebemos assinado pelo Sr. Albino da Silva Rebello, a seguinte declaração: (Lê):

“DECLARAÇÃO

Declaro pelo presente e na melhor forma de direito, em face o abaixo-assinado entregue nesta data a V. Exa., subscrito por moradores da cidade e município de Inácio Martins, deste Estado, sobre a atuação do Delegado de Polícia daquela localidade, Sargento SEBASTIÃO TABORDA DOS SANTOS:

1º: — Que o mesmo foi visto por diversas vezes, dirigindo o carro “VIATURA DA POLÍCIA”, tendo como passageiros de passeio constante, prostitutas e mulheres mundanas.

2º: — Tendo mesmo, há poucos dias, tentado forçar casamento, de um rapaz humilde, com uma de suas vítimas.

3º: — Vem pressionando o comércio de bar da Cidade, especialmente o comerciante JOÃO CLEMS, proprietário do Bar Clems, exigindo o fechamento do estabelecimento às 8 horas da noite, embora nada exista que possa desabonar o referido estabelecimento, afirma-se que, o Delegado assim procede, por ser o referido comerciante, membro do MDB.

4º: — Acobertado pela força política da Arena, com apoio integral do ex-Prefeito MANOEL FELIPE RODRIGUES DE MORAES, do Prefeito PEDRO BASIA, e do Presidente da ARENA, PEDRO IVO CONÇALVES, que também exerce a função de Juiz de Paz, vem mandando prender os elementos que pertencem ao MDB, sem qualquer motivo, exercendo desta forma coação violenta sobre aqueles que não rezam pela cartilha do mandatário PREFEITO, e seus seguidores.

5º: — Chegando mesmo, há poucos dias, o DELEGADO, se dirigir à Casa do Cidadão ANTONIO DE TAL, e não encontrando o mesmo em casa, e somente duas crianças menores, tentou a promover o despejo da família, e só não aconteceu, porque, pessoas vizinhas intervieram no caso ocorrendo em seguida, intimação verbal, para que a família deixe a casa no prazo de vinte dias.

6º: — Inúmeras são as coações que vem fazendo o denunciado Delegado, incluso muitos casos de extorsão, cujas vítimas têm medo de declarar, devido o excesso de Autoridade em que se encontra revestido o mesmo.

Por ser verdade, a presente declaração, firmo-me Albino da Silva Rebello, Inácio Martins, 8 de maio de 1975”.

Sr. Presidente, é bom que se diga que eu não conheço Inácio Martins, mas fui o candidato do x DB mais votado naquela localidade, sem conhecer nem saber onde é Inácio Martins. E hoje recebo, daqueles que em mim votaram, daqueles 179 cidadãos daquela localidade que tiveram a coragem de votar no MDB, uma denúncia contra um sargento da Polícia que exerce pressão em nome da Secretaria de Segurança do Estado do Paraná.

Graças a Deus nosso Partido está presente. Graças a Deus que lançamos a semente em todos os lugares deste Estado, porque assim, somente assim, poderemos aqui nos fazer presente, para denunciar acontecimentos desta natureza que deprimem o próprio Governo do Estado do Paraná.

Face essa denúncia, Sr. Presidente, vou apresentar nesta oportunidade um requerimento. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso dos direitos e prerrogativas que lhes são conferidos por lei. E tendo em vista, abaixo assinado e declaração subscrito por moradores da cidade e Município de Inácio Martins neste Estado, contra o procedimento do Sargento da Polícia Militar do Estado, com exercício das funções de Delegado de Polícia naquela localidade; cujas denúncias, versam no seguinte:

a) - Imoralidade caracterizada de procedimento diante a sociedade local.

b) - Coação sobre pessoas menos esclarecidas com objetivo de alcançar fins ilícitos.

c) - Alto de extorsão sobre ameaça a pessoas temerosas de seu excesso de autoridade.

Requer, a V. Excelência, após ouvido o plenário, se encaminhe, o presente requerimento ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a imediata criação de comissão de sindicância, para apurar os fatos denunciados, e consequentemente, determinar o recolhimento daquele funcionário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1975.

a) LÚCIO MACHADO".

Obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA - (Lendo) "Sr. Presidente, Srs. Deputados. Já dizia, em recente pronunciamento em Curitiba, o consagrado parlamentar gaúcho, Pedro Simon, que "as grandes conquistas do povo brasileiro foram conseguidas sem derramamento do bravo sangue de nossa gente". Quando o Brasil se prepara para comemorar o seu 13 de Maio, data da libertação dos escravos, desejamos lembrar, aqui desta tribuna, não apenas a figura de Isabel, Princesa Imperial do Brasil, mas também e principalmente, a *raça negra*, grande fator na formação de nossas populações.

O Brasil, Senhor Presidente, este gigante que ainda permanece semi-conquistado, esta imensidão em busca de liberdade, de independência-econômica, de afirmação internacional, de desenvolvimento, tinha quando corriam os anos do século XIX, necessidade de mão-de-obra para as suas lavouras e para as suas indústrias.

A Coroa Portuguesa, interessada na exploração de nossos minérios, no aproveitamento das matérias primas de nossa lavoura e no barateamento do custo da mão-de-obra lavorial, passou a buscar, nos mercados africanos, a mão-de-obra escrava, por si mesma graciosa, trazendo milhares e milhares de escravos para atender aos produtores de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

E os negros, que em 1872, um ano após a decretação da lei do ventre livre, já se constituíam em 19,6 por cento da população brasileira, não trouxeram para o nosso País apenas a mão-de-obra escrava, dócil. Não eram apenas os servos que eram adquiridos nos Mercados Escravos, como mercadoria humana, mas sim pessoas humanas com seus costumes suas religiões, suas tradições, suas músicas, que aí estão influenciando o nosso povo, a nossa história, os nossos sentimento. O negro, hoje, é parte integrante do brasileiro, quase essência da nossa formação étnica, ao lado do branco e do índio.

Aqui, eu gostaria de abrir um pequeno parêntesis comparativo para lembrar aos Senhores Deputados desta Casa, que o trabalho escravo, banido deste País a 13 de maio de 1888 - e quero falar com a maior dor que o coração de um Deputado pode sentir - ainda não pertence ao passado.

Tenho muitas vezes repetido nesta Casa a situação dos "bóias frias", mancha maior que qualquer outra, que vive no Norte do Paraná em condições sub-humanas, como se neste País não tivesse existido o dia da *libertação dos escravos*, como se as correntes que prendiam ao chão escravos negros não tivessem sido rompidas como exigência dos ventos de liberalismo que sopravam no mundo enquanto o século XX se aproximava.

Senhores, cem anos após, nós ainda temos que lutar pela abolição da escravatura em nossas lavouras, onde nossos irmãos estão sofrendo fome, marginalização, onde o "bóia fria" prossegue sentindo na carne que ainda existe muitos caminhos a seguir antes que a justiça social preconizada pelo Presidente Ernesto Geisel um dia chegue ao Brasil, beneficie ao seu povo e evite que escravos, brancos e negros, sejam sacrificados no altar da ignorância, na falta de patriotismo e da ausência de respeito pela dignidade humana.

O Brasil, Senhores Deputados, nunca poderia ficar surdos às exigências de um mundo que sentiu o soprar dos ventos liberais; e aqui, grupos intelectuais, entre os quais destaca-se o imortal poeta Castro Alves, lideravam a causa da libertação.

Contra o clamor popular, contra o grito da libertação imposto pelo sangue liberal que sempre foi o sangue brasileiro, erguia-se o poder econômico.

Veja, Senhor Presidente, Senhores Deputados, há cem anos os ventos da liberdade encontravam contra si o Poder Econômico. O Brasil poderia ter sido um dos primeiros países a libertar seus escravos, não fossem os proprietários das grandes empresas, os latifundiários, os donos dos canaviais e das fazendas.

O trabalho escravo representa o seu *Capital* e eles não estavam dispostos a abrir mãos de suas inversões em nome da liberdade do homem, do respeito a dignidade e ao direito da pessoa humana.

A indústria açucareira e a mineração, absorviam na época a mão-de-obra escrava; e os empresários da época insensíveis ao exemplo que vinha da Europa, não desejavam abrir mão de seus lucros, modificando o tratamento aos seus empregados, pois a mão-de-obra escrava era escrava. E os exemplos que a Inglaterra havia dado, extinguindo o tráfico sob sua Bandeira. A Dinamarca, abolindo o tráfico em 1792, e os Estados Unidos, fechado seus portos em 1794 à entrada dos escravos, não haviam modificado o sistema brasileira que mantinha o comércio de escravos, tratando pessoas humanas como mercadorias.

E como a história nos ensina, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quantas vezes parlamentares da Arena e do MDB advertiram os donos das multinacionais que proliferam no Brasil, quantas vezes nós pedimos para que eles não fossem insensíveis diante da verdade histórica, abrissem mão de parte de seus lucros, deixassem o Brasil participar, ao menos em parte do seu crescimento, do enormes lucros que elas obtêm aqui e que não beneficiam ao nosso povo.

Os tempos passam, os séculos passam, mas os homens continuam iguais, ávidos, insaciáveis e lamentavelmente desvinculados da realidade.

Em 1831, o Brasil, pela Regência Trina Permanente e com o referendo do Ministro da Justiça, o Padre Feijó, declarava todos livres os escravos que a partir daquela data ingressassem no Brasil.

A importação de negros estava proibida porém não extinta, os senhores não desejavam compensar a mão-de-obra e prosseguiram adquirindo escravos, quando os navios negreiros passaram a ver no Brasil um mercado fértil para os seus sonhos de grandes lucros.

Foi a 4 de setembro de 1850, por iniciativa do Ministro da Justiça, Eusébio de Queiroz Coutinho Matoso Câmara, que a Nação teve uma lei estabelecendo medidas definitivas da abolição do tráfico de escravos, e, justiça se faça nesse momento, muito contribuiu para que se alcançasse esta legislação, o espírito liberal do D. Pedro II, uma personagem que a História do Brasil jamais esquecerá, porque ele sempre amou esta Pátria que por tantos anos dirigiu.

Mas, a luta contra a escravidão no Brasil não estava terminada. Não estava nem perto do seu final. A 28 de setembro de 1821, enquanto D. Pedro II visitava a Europa, após exaustivo trabalho do Conselheiro Paranhos, Isabel, na regência do trono, assinava a lei do Ventre-Livre. Todos os filhos de escravos que nascessem deste dia em diante, estariam libertados. Mais um grande passo tinha sido dado, mas não era o passo definitivo.

A luta prosseguia...

De grandes arautos da abolição continuavam sua luta. E entre estes estava o grande Joaquim Aurélio Barreto de Araujo, o Joaquim Nabuco. É ele quem nos deixa registrado na história que os Partidos Políticos tinham grande presença nesta luta em favor da abolição. Em 1884, o Partido Liberal passou a participar ativamente na luta pela abolição da escravidão.

vatura, no que era acompanhado, quatro anos após, pelo Partido Conservador.

E vejam Senhores, a importância da classe política nesse País. A presença dos Partidos Políticos, encampando a luta dos abolicionistas, passou a ser decisiva para que a conquista da Liberdade fosse alcançada. Foi em 1888, quando todos os políticos se reuniam em torno da causa comum, no dia 13 de maio de 1888, que a Isabel, Princesa Imperial do Brasil, na Regência do Trono, porque D. Pedro II se encontrava novamente na Europa, assinava a Lei Áurea que tinha o nº 3353.

Dizia a Lei:

Artigo 1º – E declara extinta, desde a data desta Lei, a escravidão no Brasil.

Artigo 2º – Revogam-se as disposições em contrário.

Era a libertação dos escravos no Brasil.

Sem o sangue dos irmãos derramado na Guerra da Secessão dos Estados Unidos.

Sem a crise que os grandes proprietários anunciavam para a economia do País.

O trabalho escravo, vergonha que não podemos esconder, que faz parte de nossa história, com capítulos que atentam contra a nossa formação liberal, estavam banidos da legislação do País.

Banido de direito.

Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a luta dos Deputados, a luta dos intelectuais e dos homens de bem deste País, a luta do próprio Presidente Geisel, dos homens da Revolução, dos militares, dos estudantes, de todos os brasileiros com parcela de responsabilidade neste País, precisa olhar para o passado, para a história, para as nossas glórias, mas também para os capítulos tristes como o da escravidão, para que todos nos unamos, como uma só força, na luta contra aqueles que ainda fazem no Brasil os seus pequenos ou grandes regimes feudais e que têm, à margem das Leis de libertação deste povo, homens como os “bóias frias”, que ainda não receberam os benefícios da Lei de 13 de maio de 1888 que libertou os escravos do Brasil”.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK – Sr. presidente, Srs. Deputados.

No último fim de semana esta Casa e todo o Paraná ali representado se fez presente, no aniversário da cidade de Maringá.

Honrado que somos, como todos os pares desta Casa a ali comparecer por solicitação do Poder Público Constituído, na pessoa do Sr. Prefeito, Silvio Barros, tivemos a satisfação de ver perto a realização da sua administração pública, no seu início.

Neste instante, publicamente, em nome de todos os companheiros que lá estiveram, queremos cumprimentar os dignos representantes da cidade de Maringá, nas pessoas dos Senhores Deputados Jorge Sato e Luiz Gabriel Sampaio por parte da Arena, e dos nossos companheiros do Movimento Democrático Brasileiro, Srs. Deputados Valter Pietrângelo e Antonio Facci, pela maneira cordial e acima de tudo, pelo sentido de desenvolvimento implantada naquela região do Norte que dá uma mostra ao Paraná que realmente, neste quadrante, sintonizados MDB e APENA, traduzem melhor no sentido de desenvolvimento econômico e social e, nesta Casa, com aquela cordialidade que tivemos no final de semana, queremos, numa próxima oportunidade, retribuir em parte, na nossa cidade de Ponta Grossa e na oportunidade queremos estender ao Poder Executivo, na pessoa do Sr. Silvio Barros, que, realmente, sua administração serve de exemplo ao nosso Estado e ao País. Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio, no Grande Expediente, primeiro orador inscrito.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Existem ocasiões na vida das comunidades que qualquer divergência de opinião ou de partidário cedem lugar para reflexões mais altas e mais imperiosas.

Creio, sinceramente, que o Paraná, vive na atualidade, um desses momentos.

É que todas as camadas sociais, políticas e jurídicas do Paraná têm sua atenção voltada para um assunto que diz de perto os mais autênticos interesses da coletividade conterrânea.

Refiro-me Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao momento de opinião, já sublinhado com muita oportunidade por vibrantes matutinos do Estado, no tocante aos critérios de preenchimento de duas vagas ora existentes no colendo Supremo Tribunal Federal, a primeira decorrente de aposentadoria, já verificada há alguns meses, do Ministro OSWALDO TRIGUEIRO; e a segunda que ora se abre com a jubilação do Ministro ALIOMAR BALEEIRO, ambos eminentes juristas brasileiros e que prestaram valiosos serviços no exercício da mais alta magistratura do Poder Judiciário Nacional, como integrantes do Supremo Tribunal Federal. Creio, ainda, que chegou a hora de o Paraná, por suas forças vivas, fazer sentir sua presença junto aos altos Conselhos da República, a fim de que uma daquelas vagas seja destinada a um jurista da terra paranaense.

Aqui, para o encaminhamento desse problema, não há de negar, constitucionalmente está entregue à clarividência do primeiro Magistrado da Nação, o eminente Presidente Ernesto Geisel – deve despertar o pronunciamento desta Assembléia, como depositária da vontade dos Representantes do Povo Paranaense. E para tanto, quando está em jogo o superior interesse de todo o Estado, não há partidos, não há discriminações não há qualquer sentido regionalista. Porque, acima de todos e de tudo, predomina o sentimento mais puro de quantos brasileiros de todos os quadrantes, paranaenses de coração, e paranaenses de nascimento, vivem e trabalham sob os imperativos da confraternização, de ordem e de amor à Pátria comum.

O nosso Estado, é oportuno recordar, já contou com seus mais ilustres filhos, como integrantes do Supremo Tribunal Federal. Refiro-me à personalidade do lapaeano Dr. Ubaldino do Amaral, que nos primeiros anos da República, teve a ventura de exercer, por pouco tempo, é verdade, a alta e dignificante função de membro do Pretório Excelso.

Mas, tenho para mim, que não é oportuno que o Poder Legislativo do Estado, somando a sua voz, a de tantas outras vozes autorizadas que já se fizeram ouvir a respeito, como, por exemplo, a manifestação da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Regional e Associação dos Magistrados do Paraná, se pronuncie sobre o palpitante assunto, agora interpretando a voz popular que se derrama nesta Casa, sempre que estão em jogo os superiores interesses do Paraná.

Nestas condições, (lendo) “requero que a Mesa, ouvido o plenário, haja por bem endereçar moção de apoio à companhia que visa elevar um jurista paranaense para o Supremo Tribunal Federal, dirigindo-se, neste sentido, ofício ao Exmo. Sr. Governador do Estado, bem como telegrama ao eminente Presidente da República, Gal. Ernesto Geisel, em cuja alta capacidade de discernimento e de escolha se deposite a mais irrestrita confiança, tudo para que um jurista paranaense seja escolhido por S. Exa., em homenagem aos focos de cultura, de desenvolvimento e de progresso do Paraná.

Requer-se finalmente, que seja dado ciência da moção aprovada aos integrantes da representação paranaense junto ao Senado da República e à Câmara dos Deputados.

É o que tinha a dizer, estando certo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que trago à consideração dos meus pares, matéria de inegável oportunidade e justiça.

O SR. ENÉAS FARIA – V. Exa. permite um aparte:?
(Assentimento).

Eminente Deputado Gabriel Sampaio, vejo, com muita satisfação, a sua estada na tribuna hoje. Porque nós temos aqui, nesta Casa, companheiros denodados, defendendo todos, dia após dia uma tese, e apontando todos, o mesmo erro. Falta, efetivamente, uma maior reciprocidade, carece efetivamente o Paraná de uma maior paz política, para a sua insinuação no Senado Federal. A atitude de V. Exa. em relação ao que V. Exa. propõe neste momento, e que é há tantos anos acalentado pelo Paraná inteiro e que em verdade procura apenas conferir aquele mérito que já está posto, que é a preocupação de alçar um dos nossos eminentes juristas, que tem as mãos cheias, em condições de ocupar uma posição no Supremo Tribunal Federal.

Quero, Sr. Deputado, ao emanar-me com V. Exa., ao emanar-me nesta Casa, nesta campanha, quero congratular-me com V. Exa., porque traz a questão em boa hora, para buscar a aprovação deste Poder Legislativo. Muito obrigado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Agradeço a V. Exa., Deputado Enéas Faria, e quando elaborávamos este despretencioso requerimento, chegamos a fazer uma pequena lista de 14 nomes que poderiam ocupar aquele lugar no Supremo Tribunal Federal.
O SR. FIDELCINO TOLENTINO – V. Exa. permite um aparte?
(Assentimento).

Quero felicitar V. Exa. por trazer à baila um assunto de tão grande interesse no Paraná, para a cultura jurídica do Estado, assunto já em outras oportunidades levado a efeito pela classe de juristas, de magistrados e de todos os profissionais de Direito.

Realmente o Paraná está em condições de muito bem situar-se e apresentar os seus representantes para o Supremo Tribunal Federal. O Brasil só teve lá, até hoje, um representante, logo que se criou o Supremo Tribunal Federal.

O SR. ACCIOLY FILHO – Ubaldino do Amaral.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Agradeço ao Dep. Accioly Neto.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Em 1912.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Nobre Deputado Gabriel Sampaio, tivemos aqui um Isaias Bevilaqua e tantos outros que deixo de declinar os nomes, por serem muitos.

O assunto foi salientado pelo Ministro que ora sai do Supremo Tribunal, Osvaldo Figueira, na edição de domingo do "O Estado de São Paulo".

Quero felicitar V. Exa., por ter trazido nesta Casa de representação popular, um assunto para que também esta Casa com a voz autorizada do povo do Paraná, reivindique esta posição justa, porque sem desmerecer outros Estados, temos valores superiores que poderiam ser cogitados nesta oportunidade.

Pedi o aparte para solidarizar-me com V. Exa. que foi tão feliz em trazer o assunto a esta Casa e acredito que os demais deputados vão se atrelar neste pronunciamento para reivindicar o que é justo para o Paraná no Supremo Tribunal.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Agradeço sua contribuição ao nosso pronunciamento.

Falei que teria arrolado alguns nomes apenas, dentre tantos outros com igual merecimento, e assim podemos citar:

Senador Accioly Filho,
Altino Portugal Soares Pereira,
Manoel de Oliveira Franco Sobrinho,
Egas Moniz de Aragão,
José Hosken de Novaes,
Henrique Nogueira Dorfmund,
Ary Florêncio Guimarães,
Luiz Renato Pedrosa,

Joel Mira Saboia,
José Muniz de Mello,
Alcides Munhoz Netto,
Athos Moraes de Castro Veloso,
Ivan Neves Pedrosa,
Ildelfonso Marques.

Apenas, para terminar, outro requerimento para ser apreciado, por esta Casa, trago à condiração de meus Pares matéria de inegável justiça.
Obrigado. ((Sem revisão do orador)).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Jayme Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES DE CARVALHO – Sr. Presidente, declino e me reservo para amanhã.

O SR. PRESIDENTE – Esta presidência esclarece ao nobre Deputado Jayme Carvalho que o considera inscrito um último lugar, no Grande Expediente, na sessão de amanhã.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Domício Scaramella, terceiro orador inscrito.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há dias passados, ouvimos desta tribuna, o pronunciamento do nobre Deputado Accioly Neto, com referência aos problemas das estradas do Paraná.

Assistimos, ontem, um programa de televisão, o ex-Deputado Cândido Martins de Oliveira declarar ao povo da região de União da Vitória, General Carneiro, Palmas, Mariópolis, Clevelândia e Pato Branco, que S. Exa. o Sr. Governador do Estado já tinha programado o início da BR-280, estrada essa que, já na legislatura passada, por diversas vezes, inúmeros Srs. Deputados se pronunciava a respeito, inclusive este Deputado que ocupa a tribuna.

No dia 19 de março, apresentamos requerimento endereçado a S. Exa. Sr. Ministro dos Transportes, que está vasado nos seguintes termos: (Lê).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, para tristeza e aborrecimento de nossa região, recebemos um telex, por intermédio da Presidência da Casa e que diz o seguinte:

"TELEX n. 628 SG/ARF VG de 30 de abril 75 PT atenção Telex n. 312 de 24 de março de 75VG visando execução serviços necessário BR 280 VG informo V. Senhoria que trecho paranaense aludida rodovia entre BR 153 et Barracão Vg não integra II PNF 1976/79 Vg circunstância que impossibilita sejam alocados recursos do DNER Pt Ressaltar outrossim Vg que plano Diretor Estado Paraná Vg aprovado Decreto 1975/84 Vg não considerou referido trecho como prioritário Vg no período Pt CDS SDS Dyrceu Araujo Nogueira, Ministro dos Transportes."

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA – Lamentamos, Sr. Presidente, e eu quero neste instante fazer um apelo a todos os Srs. Deputados, principalmente ao ilustre líder do Governo nesta Casa, nosso particular amigo Ivo Thomazoni, que já comungou na legislatura passada, para que déssemos andamento àquela estrada que vem desafogar o trânsito na BR-277.

Lamentamos que o ilustre político e ex-Deputado Cândido Machado, num programa de televisão, informasse ao povo do Paraná especialmente ao povo da região, que essa estrada seria iniciada muito em breve, quando hoje, para aborrecimento nosso e de todo povo do Paraná, recebemos um telex do Ministro dos Transportes, dizendo que nada existe quanto aquela construção.

Então, Sr. Presidente, aqui estamos para apelar a todos os

Srs. Deputados, para que junto ao Governo deste Estado seja reivindicada a construção dessa estrada o mais breve possível.

Era o que queria lamentar, porque papel para um lado, e para outro, não adianta nada, o que precisamos é de realizações. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos dias, nesta tribuna, o eminente líder da ARENA abordou memorial elaborado pelo Instituto de Engenharia do Paraná, que concluía no sentido de que o Paraná deveria sediar a Superintendência Sul da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima. Esse mesmo memorial, elaborado detalhadamente pelo Instituto de Engenharia do Estado já havia sido objeto de análise nesta Assembléia pelo Deputado estadual Fabiano Braga Côrtes, na legislatura passada e o pronunciamento recente das duas bancadas nesta Assembléia, enfatizando a necessidade desta Casa debater e estudar o assunto, para o interesse de nosso Estado, fez com que hoje, em requerimento já lido no Expediente, esta Casa tome uma posição enérgica, uma posição viril, para se evitar que o Paraná mais uma vez seja prejudicado, e até de uma forma mesquinha; porque pretende a Rede Ferroviária Nacional, S.A. sediada em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, transferir para aquele Estado o Museu Ferroviário, museu esse constituído pelo Paraná, e que está intimamente ligado à História do Paraná.

Conforme requerimento já lido durante o Expediente, se pede o envio urgente de despacho ao Ministro dos Transportes e Superintendência da Rede, solicitando que essa medida não seja adotada.

Mas, Srs. Deputados, o que nos traz a esta tribuna, ao lado desse fato, é outro mais importante, que está diretamente vinculado à economia do Paraná nos próximos, talvez, 100 anos. Diz respeito a localização aqui do Polo Petroquímico, o terceiro que será construído neste País e para que isso ocorra, para que isso aconteça, é necessária uma participação direta da Assembléia Legislativa do Paraná. Representamos oito milhões de habitantes e todos sabem perfeitamente que muito mais importante, mas muito mais, que a implantação e funcionamento aqui da Refinaria de Petróleo, a Repar, localizada no município de Araucária, será a definição pelo setor competente do Governo Federal em colocar, também, no Paraná, por uma série de razões, o polo petroquímico.

O Brasil, atualmente, importa cerca de 70 a 80 por cento dos fertilizantes que consome em sua agricultura, sendo que o Paraná, Estado eminentemente agrícola, representa mais de 20 por cento do produto agrícola do Brasil, contribuirá diretamente para o aumento dos fertilizantes em sua produtividade.

Esta é uma das posições que justifica a colocação aqui, a implantação aqui do polo petroquímico. Porém, para abreviarmos as condições e baseado em estudos realizados pelo Engenheiro Químico Ricardo Kosak, que coordenou a implantação da indústria petroquímica no Paraná e cujo trabalho foi objeto de publicação, em resumo, na Revista Paranaense de Desenvolvimento se constata as seguintes conclusões:

A primeira delas é: "a presença da Refinaria de Araucária de grande porte, projetada tendo em conta a produção de nafta para petroquímica, e que irá dispor de grandes excedentes de óleo combustível, insumo indispensável para a operação petroquímica;

b — proximidade do polo petroquímico de S. Paulo, proporcionando o início do desligamento gradual do cordão umbilical da região sul com São Paulo sem comprometer economicidade do parque industrial desse Estado;

c — proximidades dos mercados sulino e paulista, tornando fácil e sem gravames o abastecimento dos sulcos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e adicionalmente atendendo eventuais déficits da região paulista;

d — facilidade de implantação de infra-estrutura graças a disponibilidade de água, energia elétrica, terrenos e escolas,

e — infra-estrutura de transporte adequada para atendimento dos mercados regional e paulista e eventualmente externo.

f — mercado petroquímico já embrionário, com grande capacidade de processamento de plásticos já instalada e em instalação;

g — disponibilidade de técnicos especializados dada a existência de escola de engenharia química, assim como de escolas de engenharia de várias especialidades e de escolas técnicas. A presença da Superintendência Industrial do Xisto poderia concorrer para a formação de mão-de-obra qualificada.

h — perspectiva de suprimento de matérias primas locais em decorrência dos planos em desenvolvimento da SIX para aproveitamento do xisto".

Posteriormente em trabalho realizado pelo Iparde, através do Professor de Administração do USP, Sr. Ivo Torres, em seu trabalho denominado "Estimativa das demandas de produtos petroquímicos do Brasil", fazendo uma análise dos quatro grandes grupos, integrados pelos elastômeros, fibras sintéticas, detergentes e plásticos, analisando os resultados de estimativa em cada Estado do País, salienta, especificamente, como produto interno para o ano de 1980, nesta sua projeção, o Paraná, na seguinte projeção de renda: 128.159,1; Rio Grande do Sul 118.305,9; Santa Catarina 35.991,1; já para o Estado de São Paulo, a projeção é de 530.210 ponto 1.

O terceiro polo petroquímico quase que com certeza, para ser mais lógico e mais racional, deverá se localizar na região Sul, e, se citamos dados de São Paulo, é porque ao lado do Paraná, na região Sul, despontará como aquela em que irá, nesta projeção de renda de 1980, alcançar o posicionamento para o mesmo ano será maior do Brasil, e consequentemente a localização geográfica no Paraná, do polo petroquímico irá não só atender a demanda do setor Sul, mas também irá prestar a sua colaboração eficiente às necessidades do vizinho de São Paulo.

No que diz respeito à análise da demanda de elastômetro por Estado, quantidade de toneladas previstas para 1980, este trabalho encomendado pelo IPARDES, prevê um consumo no Paraná da ordem de 43.740 toneladas; no Rio Grande do Sul, 37.730; em Santa Catarina, 10.881. Como era também de se prever, o maior consumo ocorrerá também no Estado de São Paulo, 178.726 toneladas.

Para exemplificar, o consumo paulista será da ordem de 205.983 toneladas, e, finalmente, com relação ao consumo de demanda de fibra sintética, a posição em toneladas em 1980 será de 26.852 contra 25.433 do Rio Grande do Sul, e 8.178 de Santa Catarina, enquanto que São Paulo, o consumo, é previsto em 106.094 toneladas.

Finalmente, a demanda de plástico, por Estado, atingirá em 1980, no Paraná, 112.114 toneladas contra 102.983 do Rio Grande do Sul, e 30.080 em Santa Catarina. O consumo de São Paulo, previsto, será de 588.281 toneladas.

As deduções são as mais lógicas possíveis; de acordo com este trabalho técnico realizado pelo Professor Ivo Torres, conclui-se que a localização geográfica ideal do polo petroquímico, o terceiro polo petroquímico programado pelo Governo Federal e de cuja definição irá ocorrer este ano, é, efetivamente, o Estado do Paraná.

Nós já afirmamos e vamos repetir — a implantação aqui, do terceiro polo petroquímico nacional representará, para o nosso Estado, em termos de rendimento, em termos de arrecadação, em termos de implantação de indústrias, enfim, em termos de progresso para a nossa gente, talvez cinco vezes mais do que a localização e o pronto funcionamento da refinaria de Araucária, REPAR, que felizmente, graças a uma luta travada por esta Casa, graças a uma luta travada por todos os representantes paranaenses, está definitivamente assentada em terras araucarianas.

É preciso finalmente, Sr. Presidente, e Srs. Deputados, se destacar que a participação desta Casa deveria ser feita, e neste sentido propusemos, em termos de formação de uma comissão

especial, para que no prazo de 30 dias ofereça outros subsídios que venham ratificar o fato concreto narrado desta tribuna, alertando todos os Srs. Deputados, que em todos os Estados, principalmente no Rio Grande do Sul, há uma intensiva movimentação da opinião pública, não só por parte da Assembléia Legislativa mas por parte de representação de classe que gestiona obter esta Petroquímica Nacional. Por este motivo, pedimos aos eminentes Srs. Deputados que em atenção ao exposto, determine-se a Constituição de uma Comissão Especial, nos moldes em que foi proposta. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito seja feita a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Deferido. O Sr. Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

— (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — Presentes 36 Srs. Deputados. Há quorum para o prosseguimento da sessão e deliberação. A Mesa comunica que a apresentação de emenda à Constituição Estadual, foi distribuído em avulso aos Srs. Deputados. Assim sendo, nos termos do Artigo 196, do Regimento Interno, redação dada pelo Artigo 29, estão sendo recebidas emendas à Constituição.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constante do Expediente, Necessita de apoio. — *Apoiado*. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 20/75, de autoria da Comissão Executiva, que reestrutura o Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal, cria o Departamento de Pessoal e dá outras providências. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA — *Aprovado*.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 43/75, de autoria da Comissão Executiva, que acresce incisos que especifica, ao artigo 39 do Regimento Interno. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — *Aprovado*.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 266/73, de autoria do Deputado Lázaro Dumont, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Normal de Grau Colegial, no Distrito de Tamarana, município de Londrina. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — *Aprovado*.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 111/74, de autoria do Dep. José Muggiati Filho, que autoriza o Poder Executivo conceder auxílio de Cr\$ 151.448,33 (cento e cinquenta e um mil quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e trinta e três centavos), ao município de Arapongas. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — *Aprovado*.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 170/74, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que declara de Utilidade Pública a União Espírita Beneficente Jesus Maria José, com sede e foro na Cidade de Morretes. Parecer favorável da C.C.J. — *Aprovado*.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 03/75, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre o número de Assessores nos Gabinetes da Presidência, 1ª Secretaria e 2ª Secretaria deste Poder Legislativo. Parecer favorável da C.C.J. — *Aprovado, artigo por artigo*.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 34/74, de autoria do Dep. David Federmann, que autoriza o Poder Executivo doar à Cooperativa Mista dos Ruralistas de Ponta Grossa Ltda., maquinários e instrumentos agrícolas. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — *Aprovado, artigo por artigo*.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 107/74, de autoria do Dep. Maurício Fruet, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais — APAE, com sede e foro na Cidade de Cambé. Parecer favorável da C.C.J. — *Aprovado, artigo por artigo*.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 160/74, de autoria do Dep. Lázaro Dumont, que autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública, a Sociedade de Assistência Social e Beneficente de Ivaiporã. Parecer favorável da C.C.J. — *Aprovado, artigo por artigo*.

1ª DISCUSSÃO — Projeto de Resolução nº 07/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 08/74, que aprova os termos do Acordo nº 07/73, celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, e o Estado do Paraná, objetivando acelerar a execução do levantamento de Reconhecimento e Aptidão Agrícola com respectiva impressão de Mapas nas áreas 1, 2, 3, 6 e 7 da Divisão Estadual do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — *Aprovado*.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 07/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Ficam aprovados os termos do Acordo nº 07/73, celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Estado do Paraná, em 8 de outubro de 1973, objetivando acelerar a execução do levantamento de Reconhecimento e Aptidão Agrícola com a respectiva impressão de seus mapas nas áreas 1, 2, 3, 6 e 7 da Divisão Estadual do Paraná, adotada pela CERENA — Comissão de Recursos Naturais do Paraná, na escala de 1:300.000, de acordo com os padrões adotados pela Divisão de Pesquisa Pedológica do Ministério da Agricultura.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1º de abril de 1974.

a) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente
a) OVÍDIO FRANZONI — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 07/74

A presente Proposição tem suas raízes na Mensagem Governamental nº 111/73, encaminhando a este Poder, para os fins constitucionais, cópia autêntica do Acordo nº 07/73, celebrado em 8 de outubro de 1973, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Estado do Paraná, objetivando acelerar a execução do levantamento de Reconhecimento e Aptidão Agrícola com a respectiva impressão de seus mapas nas áreas 1, 2, 3, 6 e 7 da Divisão Estadual do Paraná, adotada pela CERENA — Comissão de Recursos Naturais do Paraná, na escala de 1:300.000, de acordo com os padrões adotados pela Divisão de Pesquisa Pedológica do Ministério da Agricultura.

Sob o aspecto constitucional, legal e formal a Proposição é escoreita.

Opino pela sua APROVAÇÃO nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 1º de abril de 1974.

a) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente
a) OVÍDIO FRANZONI — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 07/74

Apresentado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Resolução ora submetido à apreciação desta Comissão, visa aprovar os termos do Acordo nº 07/73, celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Estado do Paraná, em 8 de outubro de 1973, objetivando acelerar a execução do levantamento de Reconhecimento e Aptidão Agrícola com a respectiva impressão de seus mapas nas áreas 1, 2, 3, 6 e 7 da Divisão Estadual do Paraná adota-

da pela CERENA – Comissão de Recursos Naturais do Paraná, na escala 1:300.000, de acordo com os padrões adotados pela Divisão de Pesquisa Pedológica do Ministério da Agricultura.

No âmbito desta Comissão, isto é, sob o aspecto financeiro, não há qualquer obstáculo que se oponha à tramitação do Projeto.

Sendo assim, nosso parecer é favorável pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Resolução.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente

a) GILBERTO CARVALHO – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 14/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 30/75, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com o município de Paranaguá, objetivando construção de prédio destinado ao Instituto Médico Legal, na sede do referido Município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. – *Aprovado.*

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 14/75

Art. 1º – Fica aprovado o Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e Viação e Obras Públicas com o Município de Paranaguá, objetivando a construção de prédio destinado ao Instituto Médico Legal, na sede do referido Município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO – Presidente

a) FABIANO BRAGA CORTES – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 14/75

É encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com o Município de Paranaguá, objetivando a construção de prédio destinado ao Instituto Médico Legal, na sede do referido Município.

O Senhor Governador do Estado cumpre, assim, determinação constitucional, eis que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação da Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso o nosso parecer é favorável, nos termos do Projeto de Resolução em anexo

Pela aprovação.

Sub-censura.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO – Presidente

a) FABIANO BRAGA CORTES – Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 14/75

O Chefe do Poder Executivo, encaminhou a esta Casa de Leis, presente Projeto de Resolução nº 14/75, que objetiva aprovar o Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e Viação e Obras Públicas, com o município de Paranaguá.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, emitiu Parecer Favorável à aprovação da presente Proposição, por estar a mesma revestida de todas as formalidades legais.

No que diz respeito ao mérito por se tratar de um Convênio que trará reais benefícios ao povo daquele município, e, considerando que os recursos oriundos do erário público do Estado a serem canalizados para a obra, serão ínfimos, face à substancial contribuição daquela municipalidade, nosso Parecer é favorável, pela APROVAÇÃO do Projeto de Resolução. É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de abril de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente

a) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 16/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 161/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Curitiba, visando a implantação do EIXO INDUSTRIAL que integra o Sistema Viário da Cidade Industrial de Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. – *Aprovado.*

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16/75

Art. 1º – Fica aprovado o Convênio celebrado em 20 de junho de 1974, entre o Governo do Estado e o Município de Curitiba, visando a implantação do EIXO INDUSTRIAL, integrante do Sistema Viário da Cidade Industrial de Curitiba.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, em 3 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO – Presidente

a) ENÉAS FARIA – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16/75

A mensagem 42/74 do Poder Executivo que, nesta Casa, passa a ser capeada como proposição nº 161/74, encaminha cópia de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Curitiba, visando a implantação do Eixo Industrial integrante do Sistema Viário da Cidade Industrial de Curitiba.

Depreende-se que o Estado do Paraná pelo convênio participará das obras que se realizam na Cidade Industrial de Curitiba e do que demais dela decorre, de forma a contribuir com o município, proporcionando-lhe recursos financeiros na ordem de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros).

A matéria em consonância com os dispositivos constitucionais proposta, pelo que opinamos pela sua normal tramitação.

É o parecer.

a) ACCIOLY NETO – Presidente

a) ENÉAS FARIA – Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16/75

De autoria da Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Resolução em estudo aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Curitiba, visando a implantação do Eixo Industrial que integra o sistema Viário da Cidade Industrial de Curitiba.

Do ponto de vista desta Comissão, entendendo que a matéria está em condições de ser aprovada pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente

a) GILBERTO CARVALHO – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 32/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 06/75, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio de 28/12/73, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Tapejara, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia no referido Município. Parecer favorável da C.C.J. – Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 32/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

RESOLVE :

Art. 1º – Fica aprovado o Termo aditivo datado de 12 de dezembro de 1974, ao Convênio de 28 de dezembro de 1973, celebrado entre o Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Tapejara, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia do referido município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO – Presidente
a) DÁCIO LEONEL – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 32/75

A presente proposição referente à Mensagem Governamental nº 06/75, encaminha para os fins constitucionais cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 12/12/1974, ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Tapejara, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia naquela comuna. Sob o aspecto constitucional e formal, nenhuma objeção por fazer.

Desta forma, somos pela aprovação da Propositura, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO – Presidente
a) DÁCIO LEONEL – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 33/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 29/75, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com o município de Verê, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia no referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. – Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 33/75

Art. 1º – Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas e o Município de Verê, objetivando a construção, na sede do referido Município, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

a) ACCIOLY NETO – Presidente
a) ADALBERTO DAROS – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 33/75

Para dar cumprimento ao item VII, do artigo 22, da Constituição

Estadual, o Senhor Governador encaminha Mensagem, transformada na Proposição, afim de colher aprovação para o Convênio firmado entre o Poder Executivo, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas e o Município de Verê, objetivando a construção, na sede do referido município, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

A matéria é legal e o parecer é favorável, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO – Presidente
a) ADALBERTO DAROS – Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 33/75

Visa o presente Projeto de Resolução, oriundo da Mensagem Governamental, a aprovação dos termos do convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com o município de Verê, objetivando construção de prédio para a Delegacia de Polícia local.

O Projeto já foi objeto de estudo e consideração da Comissão de Constituição e Justiça, a qual se manifestou favoravelmente.

Quanto ao aspecto financeiro, nada encontramos que possa contrariar o interesse público. Isto exposto, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela APROVAÇÃO do Projeto.

Sala das Comissões, em 22 de abril de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente
a) LÚCIO MACHADO – Relator

O SR. PRESIDENTE – Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Ivo Thomazoni, líder da Arena e do Governo, constante do Expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados Accioly Neto, Luiz Roberto Soares e Ivo Thomazoni, para constituírem a Comissão Especial de cinco membros, incumbida de emitir parecer a Emenda a Consituição, objeto de apreciação pela Casa.–

Ao Departamento Legislativo - A Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Professora Leontina Contim, ocorrido em Ponta Grossa.–
Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Conceição Pacheco, ocorrido em Clevelândia.–
Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ceslva Kovalski Bismayer.–
Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do Expediente, solicitando moção de apoio à campanha destinada à escolha de um jurista paranaense para o Supremo Tribunal Federal.
Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, lido da Tribuna, solicitando voto de aplausos à Direção da Televisão Iguaçu, Canal 4, pela iniciativa da apresentação do Programa Político, diário, brilhantemente apresentado pelo ex-Deputado Estadual Cândido Manoel Martins de Oliveira.–
Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante

do Expediente, solicitando voto de congratulações a direção de Bloch Editoras S/A., pelo lançamento da revista "Agricultura de Hoje".

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando seja enviado Telex ao Sr. Ministro dos Transportes e ao Superintendente Regional da RFFSA, sobre diversas considerações.—

Aprovado.

Existe, na mesa, Requerimento idêntico, de autoria do Sr. Wilson Fortes, encaminhando à Superintendência da RFFSA, no sentido de apelo para que não se transfira o acervo Histórico para o Rio Grande do Sul

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando seja constituída uma Comissão Especial, no sentido de estudar a viabilidade da implantação de um polo petroquímico no Paraná.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que se determine a reconstrução da estrada São Mateus do Sul, Palmeira, utilizando o mesmo material empregado na estrada Irati-Imbitiba.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, objetivando o asfaltamento da pista do aeroporto da cidade de Pato Branco.—

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior, para que a sanepar, informe a esta Casa, qual o motivo da paralização das Obras em Francisco Alveas.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, bem como ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, objetivando a criação e instalação de Comarca a ser sediada no município de Altonia.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao DER, objetivando providências para recuperação do trecho da Ponte do Rio Iguaçu, na estrada Tres Pinheiros—Pato Branco.—

Em discussão — Encerrada a discussão — Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar à votação).

Sr. Presidente, no mês próximo passado, tive a oportunidade de encaminhar idêntico apelo ao Sr. Secretário dos Transportes.

E, em data de 5 do corrente, o Secretário Osiris Stenghel Guimarães, através de expediente 247/75, resposta ao nosso requerimento.

O expediente era dirigido ao Sr. primeiro Secretário Aguinaldo Pereira, acusando recebimento do ofício desta Assembléia, através do qual encaminhava cópia do requerimento aprovado nesta Casa, em sessão ordinária de 13 de março, requerimento esse de nossa autoria.

Informa S. Exa. o Sr. Secretário dos Transportes que a urgência solicitada para a conservação da referida estrada será feita pelo DNER, com recursos federais, por se tratar de rodovia federal. Na oportunidade,

S. Exa. ainda fez alguns comentários: Vejo com satisfação que, realmente, a Secretaria dos Transportes, através do DNER já recuperou a BR 373, no trecho Pinheiros—Pato Branco, nas imediações da Ponte sobre o Rio Iguaçu, onde o asfalto havia cedido, o Departamento já realizou o referido reparo, estando o Distrito Rodoviário sediado em Ponta Grossa e Guaruva, procedendo os serviços de reparo em outros trechos.

Está havendo dificuldade num trecho da estrada, com terreno movediço num trecho de extensão aproximada de mil metros, exatamente depois de ultrapassada a ponte sobre o Rio Iguaçu em demanda a cidade

de Pato Branco e quero crer que com as informações fornecidas pela Secretaria e as providências já adotadas, e postas em prática, nós teremos a curto prazo recuperada aquela pista, que têm dado vazão a crescente e extraordinária produção agrícola da região Sudoeste do Paraná.

Louvo a iniciativa do Deputado Nilso Sguarezzi, e não há porque não se dar apoio; votaremos a favor do seu requerimento, todavia a razão das informações que acabei de fornecer, é porque requerimento idêntico, de minha autoria, já havia sido apresentado à Mesa.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o requerimento.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário de Se-

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de imediata criação de Comissão de Sindicância, para apurar fatos denunciados sobre procedimento do Delegado de Polícia, na cidade de Inácio Martins.

Aprovado.

Requerimento firmado por diversos Deputados, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Governador do Estado, referentes a vencimentos e vantagens percebidos pelos diretores das empresas de Economia Mistas em que é majoritário o Estado.

Aprovado.

O SR. ENÉAS FARIA (Pela ordem)

Senhor Presidente, peço vênha à Presidência para conhecer a súmula da matéria que estamos votando.

O SR. PRESIDENTE — Solicito aos Srs. Deputados atenção, porque o requerimento já está com a discussão encerrada e pretende informações sobre vencimentos e vantagens percebidos pelos Diretores da Sociedade de Economia Mista, em que é majoritário o Estado do Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — (Pela ordem)

Sr. Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Deferido.

Os Srs. Deputados que aprovam queiram se levantar.
22 aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam queiram se levantar.
20 rejeitam.

Aprovado.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, quer me parecer que estamos em 21 Srs. Deputados que votaram contra a matéria objeto de deliberação do plenário. Assim sendo, solicito, tão somente, que seja feita nova constatação de quorum, Sr. Presidente.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Sr. Presidente, o eminente líder da bancada da Arena pede verificação de votação, certamente para verificar se houve número.

A verificação de votação apontou 22 votos favoráveis e 20 votos contrários. 42 Srs. Deputados, matematicamente, se encontram presentes no plenário.

Além de ser matéria vencida não há razão para nova verificação de votação.

O SR. IVO THOMAZONI – (Pela ordem para uma questão de ordem).

Sr. Presidente, a liderança contou 21 Srs. Deputados votando contrariamente a matéria. A Mesa anunciou 20 Srs. Deputados. Para que se faça justiça a um Deputado solicito que seja feita nova verificação de votação.

OSR. PRESIDENTE – Para solução do problema esta Presidência consulta o Sr. 1º Secretário, Maurício Fruet, em quem nos baseamos para decidir a votação, se tem alguma dúvida com relação a sua própria contagem.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI (Pela ordem). Sr. Presidente, V. Exa. já declarou 22 votos favoráveis à aprovação do requerimento e 20 votos contrários. Portanto, é matéria vencida. Portanto, acho que não devemos estar discutindo.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa já decidiu.

O SR. 1º SECRETÁRIO – (Maurício Fruet) – Contando com a presença do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel foi constatado, com certeza, a presença de 21 Srs. Deputados da Arena.

O SR. IVO THOMAZONI – (Pela ordem). Sr. Presidente, considerando o que foi anunciado, pela própria declaração feita pelo Sr. 1º Secretário, de que não foi anunciada com exatidão o resultado da votação da matéria, requeiro, Sr. Presidente, com base no art. 176, do Regimento Interno, que, por favor, se proceda a verificação de votação pela forma de inversão.

OSR. PRESIDENTE – O Art. 176, do Regimento Interno diz o seguinte: “Nas votações simbólicas, após proclamado pelo Presidente o seu resultado, qualquer Deputado, que tenha delas participado poderá pedir a verificação de votação”.

OSR. ENÉAS FARIA – (Pela ordem). Sr. Presidente, foi efetuada a votação simbólica. Posteriormente, solicitamos a verificação de votação. V. Exa. deferiu e procedeu a verificação de votação.

O SR. IVO THOMAZONI – (Pela ordem). Sr. Presidente, concordo, em parte, com as argumentações do nobre Deputado Enéas Faria. A minha questão de ordem foi procedente. Tanto procedente foi que o Sr. 1º Secretário admitiu o engano na proclamação do resultado.

Respalado pelo dispositivo regimental, mesmo para sofrer o mesmo resultado, solicito a V. Exa. que, se não for dada a possibilidade de votação, seja feita a chamada nominal dos Srs. Deputados para que seja constatado o quorum, desde que o resultado problemático não feito com exatidão.

Cabe-me, de acordo com o parágrafo 1º do artigo 176, do Regimento Interno, que diz:

“Que requerida a verificação de votação o Presidente imediatamente convidará a levantarem-se os Deputados que votaram a favor a fim de ser procedida a contagem; feito isto, e depois de sentados os Deputados, o Presidente convidará a levantarem-se os Deputados que votaram contra, para ser também procedida a contagem, proclamando finalmente os resultados apurados, prós e contras”, cabe-me então o direito de solicitar verificação de votação. Não vejo razão para que a ilustrada bancada do MDB queira cercear o direito deste Deputado, em requerer, a qualquer hora, a qualquer instante, verificação de votação.

O SR. ENÉAS FARIA – Desejo apenas dizer a V. Exa. que concordo com a verificação.

O SR. IVO THOMAZONI – Requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de votação. Nada há que proíba qualquer Deputado, em qualquer instante, em proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de votação.

O SR. OSVALDO MACEDO – (Pela ordem). Sr. Presidente, o MDB quer harmonia e neste incidente deseja esclarecer à Mesa, que aceita nova votação, se assim entender a Mesa, que deva ser procedida.

O SR. PRESIDENTE – Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se; 22 Srs. Deputados aprovam o requerimento.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se; 21 Srs. Deputados rejeitam o requerimento.

Aprovado o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Governador do Estado, referente ao artigo 20 da antiga Constituição Federal. – Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI – Apenas uma indagação, Sr. Presidente. Este requerimento teve sua discussão adiada da sessão anterior, ou deu entrada hoje?

O SR. PRESIDENTE – Teve sua discussão adiada, da sessão anterior. Em discussão o requerimento.

O SR. NILSO SQUAREZI – Sr. Presidente, solicitaria apenas que V. Exa. procedesse a leitura da Súmula do requerimento, a fim de que eu me inteire do seu conteúdo.

O SR. PRESIDENTE – Esta Presidência esclarece V. Exa., de que acabamos de ler a Súmula do citado requerimento – trata-se de um Pedido de Informações.

Está encerrada a discussão, em votação. – Aprovado.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Enéas Faria, e José Domingos Scarpelini, constante de Expediente de Sessão anterior, com discussão sua adiada, solicitando a convocação do Sr. Secretário da Educação e Cultura, para informar sobre a política educacional do Estado. Em discussão. – Encerrada a discussão. – Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI – (Para encaminhar a votação). Na sessão do último dia oito, foi encaminhado à Mesa, requerimento subscrito pelos Exmos. Srs. Deputados Enéas Faria e José Domingos Scarpelini, no sentido de que se convocasse o Exmo. Sr. Secretário da Educação e da Cultura de nosso Estado, a fim de que Sua Exa. prestasse informações, nesta Assembléia, sobre: (Lendo):

“1. A política educacional para o Estado do Paraná

2. O planejamento para a implantação e ampliação dos recursos e equipamentos materiais relativos à Educação;

3. O Estatuto do Magistério e outras questões incidentes sobre o pessoal daquela Secretaria e seu regime de trabalho.

É esse o requerimento ao qual nos vamos pronunciar agora, como muito bem abordou Sua Exa. o Senhor Deputado Enéas Faria, a Educação deve merecer de todo Governo, a mais especial das atenções, posto que ela é o fator decisivo para o aprimoramento de nossa sociedade.

Sem educação, nós estaríamos fadados à derrota como Nação, ao caos como país organizado, a situações insustentáveis como povo soberano.

A educação e o ensino são importantíssimos para que o Governo consiga estabelecer suas metas, dirigidas ao asseguramento de condições que tornem a nossa sociedade cada vez mais evoluída, mais independente e mais feliz.

Nada se poderá fazer, e isso todos nós o sabemos, sem que a educação ocupe sempre o primeiro plano nas diretrizes da ação governamental, pois ela é o fato gerador do conhecimento, que nos leva às grandes empreitadas.

No que se refere ao primeiro item do requerimento em questão, basta apenas que voltemos os nossos pensamentos, para a época em que nós éramos adolescentes, para sentirmos a grande diferença entre a política educacional de outrora e a presente.

O ensino, no Brasil, sempre foi de informação, e nunca de formação. Até mesmo as nossas faculdades apresentavam-se como simples caminhos por onde tínhamos que percorrer a fim de obtermos a nossa profissão desejada. Mesmo diplomados, os nossos médicos, advogados, engenheiros, professoras, só podiam sentir-se verdadeiros profissionais, alguns anos após a formatura, quando pela prática conseguiam aquilo que buscaram nos bancos escolares.

O ensino médio sempre foi um mero degrau entre o antigo primário e a Universidade. Que, por qualquer circunstância, não conseguia entrar em uma faculdade, não podia ter uma profissão, cuja base lhe tivesse sido dada pelo ensino médio.

A política educacional de hoje mudou muito. O Governo atento a essa realidade, efetuou uma verdadeira revolução no ensino. Os nossos jovens possuem agora, ao nível do antigo ensino médio, cursos profissionalizantes, que os capacitam ao trabalho digno.

As providências foram tomadas pelo Governo Federal e a nova política educacional está consubstanciada nas Leis 5692 e 5540 que, respectivamente, instituiu os ensinos de primeiro e segundo graus e reformulou o ensino no superior. O Paraná, como não poderia ser diferente, vem acompanhando a filosofia do Governo Federal, que tem por objetivo tornar o ensino eficiente, ligando à realidade e às necessidades regionais a realidades nacionais.

Todavia, a implantação das referidas Leis é gradativa, como elas mesmo prevêem, e estamos em plena fase de implantação a fim de que no menor espaço de tempo possível, possamos integrar todo o nosso Estado, com um sistema único, que dê ao estudante a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades, a qualificação para o trabalho e que venha prepará-lo para o exercício consciente da cidadania. O sistema nacional de ensino e os trabalhos e planos executados pela administração estadual, constituem volumosíssimos compêndios elaborados pelos órgãos técnicos e de planejamento.

S. Exa. o Sr. Secretário da Educação e da Cultura, Prof. Francisco Borsari Netto, ex-colega nosso, teria grande satisfação de estar aqui na Assembléia Legislativa, durante quatro ou cinco dias, para expor detalhadamente, esses elementos referentes à política educacional.

Porém, julgamos ser mais prático e útil, solicitar o envio de todo esse material a esta Casa de Leis para que pudéssemos, juntamente com S. Exa. o Sr. Deputado Enéas Faria, efetuar um estudo e uma análise mais apurados, apresentando inclusive sugestões.

No que diz respeito ao segundo quisito do requerimento, podemos adiantar que todos os órgãos da Secretaria da Educação e da Cultura estão empenhados em fornecer subsídios para a elaboração de um plano global que atenda as necessidades de todo o nosso Estado.

Reuniões de comissões técnicas e de planejamento são realizadas diariamente naquela pasta, com o objetivo de dotar o Estado de um número cada vez maior de estabelecimentos de ensino, com a construção de novas unidades escolares e o fornecimento de todo o material necessário ao funcionamento das mesmas.

Assim, a Secretaria da Educação e Cultura, teve a oportunidade de entregar um grande número de salas de aulas que foram construídas nos mais diversos municípios, estando ainda em construção um número maior de unidades, que deverão ser entregues num curto espaço de tempo.

O material permanente tem sido distribuído aos estabelecimentos, de maneira regular e na proporção em que o mesmo vem sendo adquirido. Desta forma, 2.500 carteiras escolares já foram encaminhadas e recebidas, estando prevista a aquisição de mais de 20 mil unidades para atender às necessidades presentes e futuras.

Desta forma, é preocupação constante do Sr. Secretário dotar as nossas escolas de equipamentos necessários ao bom funcionamento das mesmas e para isto está sendo planejada a aquisição de mesas de professores, poltronas, arquivos, máquinas de escrever, mimeógrafos, máquinas de somar, armários, fichários, quadro-negros, microscópios e aparelhos de precisão e mais uma imensidão de materiais dos mais diversos tipos e finalidades.

Aqueles que têm acompanhado Professores, Prefeitos, Diretores de Estabelecimentos escolares de seus municípios, até a Secretaria da Educação e da Cultura, já têm uma visão geral daquilo que está fazendo no sentido de criar uma infra-estrutura que, dentro das possibilidades orçamentárias, responda prontamente aos reclamos e às necessidades de nosso ensino.

Quanto ao Estatuto do Magistério, somos de opinião de que se trata, como também os demais, de um assunto da mais alta relevância. Devemos abordá-lo com serenidade para que possamos, todos nós, entregar amanhã a todo o professorado de nosso Estado, um dispositivo que tra-

ga realmente algo substancial e que reflita o grande interesse que tem o nosso Governo em equacionar o problema.

Como já afirmamos, a educação e o ensino são, hoje, considerados sob novo prisma: são o maior investimento e a mola propulsora do desenvolvimento.

É sabido que governo é continuidade e deverá sê-lo principalmente neste setor, cujas providências devem ser de profundidade e, como dissemos, de caráter gradativo.

Há coisas que um Governo cria e há coisas que apenas aperfeiçoa, melhora, complementa. Exemplo, é o Estatuto do Magistério. Vem sendo discutido há anos, o Estatuto.

O nosso Secretário da Educação e Cultura foi recentemente empossado. Existe um natural espaço de tempo em que são montadas as equipes de trabalho. Da mesma maneira, um período em que se toma conhecimento real da situação de cada assunto.

Recebe, agora, a incumbência de resolver, e assim deseja, problemas anteriores com a maior empenho, a fim de que se encontrasse a melhor solução.

O objetivo do nosso Governo é definir o assunto, ultimar os estudos, aprimorar o trabalho.

O requerimento não foi subscrito com a finalidade de que se discutissem os termos e as disposições do Estatuto, pois esta fase ainda virá, quando ele for apreciado por este Poder, mas sim no sentido de ver da sua situação nesta oportunidade.

Como nos referimos, o assunto relevância e está tendo é da maior relevância e está tendo um encaminhamento sério, decisivo, técnico, com o fim de ser solucionado definitivamente.

Por estas razões, somos de opinião de que o chamamento ou a convocação de S. Exa. o Senhor Secretário da Educação e, agora, inoportuno, mas poderá ser efetivado em outra ocasião quando, temos certeza, o pedido desta Casa será prontamente atendido pelo Professor Francisco Borsari Netto."

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua a votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar à votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Depois do pronunciamento do nosso eminente Líder, Deputado Ivo Thomazoni que expressou o pensamento de nossa bancada, a nossa preocupação com referência ao setor de educação, a nossa preocupação, principalmente, com referências ao Estatuto do Magistério. Esse Estatuto que, há mais de três anos, vem sendo discutido, preparado na Secretaria de Educação, em consulta à classe do professorado, e que já foi ao Governo e voltou para um novo estudo.

Não vejo porque, Srs. Deputados, um governo que se indicou em 15 de março, possa resolver isso de imediato. Um Secretário que assumiu Um Secretário que assumiu sua pasta, há 60 dias, pura e simplesmente, encaminhar o Estatuto do Magistério, ou vir a esta Casa falar sobre ele. Principalmente, quando sabemos que o mesmo depende de reformulação.

Poderíamos, isto sim, exigir do Sr. Secretário que o Estatuto viesse reformulado, atualizado, para esse problema ser decidido de uma vez por todas. Sei que está é a preocupação de todos.

Ouvimos, há dias passados, o pronunciamento do nobre Deputado Enéas Faria, no qual fez brilhantes comentários sobre educação, desde o MOBRAL. Concordamos, em parte com S. Exa. Mas, estamos vendo que a preocupação da Secretaria de Educação é dar apoio maior à faixa etária de 7 a 14 anos, apoio à juventude que precisa mais de escola. É com isso que o Governo está mais preocupado, aprimorar cada vez mais o ensino em nosso Estado. Concordamos que é necessário que se aplique mais nessa faixa etária. Porque, aquilo que se podia ter feito pelo MOBRAL foi feito. É preciso, como já foi dito, nesta Casa, que se conserte a canoa, em primeiro lugar, para depois de fazer ao largo.

É por isso que fazemos apelo, nesta tarde, à bancada, e principalmente, que desse um pouco mais de prazo, porque sei que S. Exa. viria com todo prazer a esta Casa para dialogar com os Srs. Deputados. Mas,

para vir aqui com uma solução já praticamente definida, para que pudesse até assumir compromissos perante o legislativo sobre aquilo que se está fazendo, e dar uma solução sobre o Estado do Magistério.

É por esse motivo que não podemos aprovar hoje este requerimento de convocação do Secretário de Educação, mas teremos a satisfação de dar um prazo bem curto para fazermos com que aqui compareça o Secretário de Educação para prestar os esclarecimentos daquilo que está fazendo em favor da educação e do ensino em nosso Estado, para poder participar ainda mais do desenvolvimento do Paraná.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE. — Continua em votação o requerimento.

Não havendo mais quem queira discutí-lo, e como há um requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria no seguinte teor: (Lê).

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votação nominal para o requerimento que convoca o Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1975.

a) ENÉAS FARIA

Em votação o Requerimento — Aprovado.

Solicito ao Sr. 2º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados para votação.

O SR. IVO THOMAZONI (Pela ordem).

Sr. Presidente, solicitei a palavra para formular uma questão de ordem, porque estando presente em plenário o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, 3º Secretário da Mesa, pediria que V. Exa., obedecendo disposição regimental, solicitasse que o nobre terceiro Secretário assumisse a segunda Secretaria, no lugar do Deputado Leopoldo Jacomel.

O SR. PRESIDENTE — Convido o Deputado Fidelcino Tolentino para que assuma a segunda Secretaria.

O Sr. segundo Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados para votação.

(É feita a chamada).

Responderam SIM os Srs. Deputados — Del Ciel, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Adalberto Daros, Antonio Facci, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Jayme Rodrigues de Carvalho, José Domingos Scarpelini, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho.

Respondeu NÃO o Sr. Ivo Thomazoni.

O SR. DEL CIEL — (Pela ordem)

Sr. Presidente, conhecedor do que determina o Requerimento Interno desta Casa Legislativa, e sabedor da intenção do Sr. Líder arenista, que usa de um artifício regimental para evitar a votação, registramos aqui nosso descontentamento diante do desrespeito a um entendimento entre cavalheiros de ambas as bancadas, que me parece ter ocorrido no início desta Legislatura, quando...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa quer esclarecer a V. Exa. que quando a palavra é pela ordem, o Deputado deve dizer o artigo do Regimento Interno que está sendo violado.

Sugerida a V. Exa. que fizesse as considerações que pretende fazer em explicação pessoal. Existe este artifício regimental para que sejam feitas as críticas e as sugestões que desejar.

O SR. DEL CIEL — Agradeço, mas quando chegar na irregularidade na votação realizada por esta Casa Legislativa.

Ocorre que o Sr. Líder Arenista aguarda oportunidade para requerer a verificação de quorum para a votação da matéria que exige dois terços dos Srs. Deputados presentes para apresentar a decisão.

Assim sendo, lançamos nosso protesto e levantamos esta questão de ordem se assim determinar o Regimento Interno, mas a verificação deveria ser realizada antes da votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, está havendo uma certa precipitação no julgamento deste Deputado pelo eminente Deputado Del Ciel.

Não é a primeira vez que S. Exa. agride este Deputado. Outro dia S. Exa. presidia esta Casa e tive a oportunidade de verificar que o Deputado José Domingos Scarpelini dirigiu a palavra à Mesa sentado e S. Exa. não fez qualquer alusão ao cumprimento do dispositivo do Regimento.

Este Deputado, neste mesmo local solicitou que a Presidência determinasse a leitura da matéria que estava sendo votada e S. Exa. foi descortes comigo, em vez de dizer, Sr. Deputado cumpra o Regimento Interno. Se assim fosse haveria de ter levantado e respeitosamente me dirigido à Mesa. Mas, S. Exa. para deleite das galerias foi até com este Deputado ríspido, mandando que cumprisse o Regimento Interno.

Vejo, com certeza, que S. Exa. não cumpre o Regimento Interno, ao levantar uma questão de ordem e citar o dispositivo regimental. E eu cito, Sr. Presidente, ao solicitar a constatação de quorum para a deliberação deste plenário desta matéria o faço respaldado pelo parágrafo 4º do art. 134 em que se lê:

“Serão escritos e sujeitos a apoio e discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria absoluta dos Deputados, os requerimentos sobre:

I Convocação de Secretário de Estado”.

Não vejo que esteja usando artifício regimental. Estou respaldado pelo Regimento Interno. Se S. Exa. não quiser cumprir que o modifique, através de resolução.

O que não posso, Sr. Presidente, com toda a educação com que sempre tenho me comportado neste plenário, com todo o respeito que sempre me mereceram todos os Srs. Deputados; com toda a humildade que sempre caracterizou aqui o meu procedimento que continue, Sr. Presidente, à mercê da falta até de cavalheirismo de um ilustre Deputado, colega nosso a quem eu respeito e a quem eu admiro pelos seus dotes intelectuais que estão muito acima dos meus, mas quero crer muito mais pobre em espírito até de solidariedade humana, quando me vê aqui, sozinho, tentando cumprir o meu dever de líder do Governo para seguir as instruções do meu partido para aqui fazer o jogo da verdade, dito ali desta tribuna. Eu não sofisimei, eu dei as razões da inoportunidade da aprovação deste requerimento, este é o pensamento do meu partido e da minha bancada, e acredito que deva ser este meu pensamento respeitado, ao menos respeitado porque mesmo derrotado, Sr. Presidente, tentei regimentalmente, e poderia noutras matérias ter evacuado este recinto que é sagrado para mim, Sr. Presidente, e não o fiz, o fiz numa matéria porque considerei poder, da tribuna, dar as razões quando não o havia feito no encaminhamento ou nas discussões das outras matérias, razão pela qual, cabisbaixo aceitei a primeira derrota neste plenário — não derrota porque sejamos minoria, derrota, pela ausência eventual de alguns companheiros meus de bancada, que, haverá de ser corrigida na sessão de amanhã, que este requerimento estará fadado à rejeição, pela maioria da minha bancada que é una e indivisível para deliberação quando a bancada assim o determina.

Muito obrigado, e nos termos do Regimento Interno peço que se cumpra portanto o parágrafo 4º do artigo 134, para que se respeite o quorum necessário, de maioria absoluta, para a convocação de Secretário de Estado. — (Sem revisão do orador).

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — (Pela ordem). Sr. Presidente, Srs. Deputados, no mesmo artigo 134 invocado pelo nobre líder do Governo, queremos esclarecer a esta Casa e aos presentes, que, o nosso compa-

nhairo Del Ciel, longe de atingir a pessoa do ilustre líder da ARENA, quis traduzir aquilo que foi verificado neste mesmo recinto, qual seja, da convocação do Sr. Secretário Noel Lobo Guimarães, onde a decência que impera nos homens do MDB, sabíamos de antemão da rejeição daquela matéria e permanecemos neste recinto. Creio que foi num sentido figurativo, ao nobre líder do Governo, e não no sentido individual. Longe, porque nós que conhecemos o Deputado Del Ciel, longe dele de querer atingir a pessoa idônea, honesta e principalmente ímpolita de V. Exa., que traduz, neste recinto, que ainda existem alguns poucos homens que realmente querem legislar em torno do Paraná, e nós, que sabemos perder ou ganhar, que sabemos realmente que um dos sacrifícios é a retirada da bancada deste plenário, não usamos dele, para dar uma demonstração ao Paraná, que o MDB quer somar ao Paraná. Queremos dizer que aquele voto dado pelo Deputado Del Ciel foi generalizado, não no sentido individual.

Queira aceitar, nobre líder da ARENA, de que nós do MDB queremos somar com o Governo, queremos somar com as coisas boas feitas neste recinto, e tenha V. Exa., como sempre teve, a lisura dos seus comportamentos como também nós o temos com a sua grata pessoa.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência comunica o plenário que, tanto o Deputado Del Ciel quanto o Deputado Ivo Thomazoni pediram a palavra Pela ordem, o que esta Presidência concedeu, para fugirem um pouco do Regimento, e nós, por liberalidade, uma vez que um usou da palavra deixamos que o outro também a usasse, declaramos o seguinte:

Que, daqui para a frente, continuando a tramitação deste processo, deste requerimento, nós só daremos a palavra, pela ordem, quando realmente o Regimento Interno estiver sendo ferrido, estiver sendo contrariado. Portanto, peço ao Sr. Secretário que continue a chamada nominal, com a votação nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO — A chamada nominal foi concluída. 22 Srs. Deputados responderam “sim”, um “não”.

O SR. PRESIDENTE — O presente requerimento do Sr. Deputado Ivo Thomazoni fazendo cumprir o parágrafo 4, do Artigo 134, onde exige a presença da maioria absoluta, ou seja, metade mais um, não há quorum para deliberação da matéria, ficando o mesmo transferido para a próxima sessão.

O SR. 1º SECRETÁRIO — Esta Secretaria, apenas para colaborar com a Mesa e dela fazendo parte, quer esclarecer que houve um lapso. Não responderam dois Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Eu transiro o erro ao Sr. Secretário para esclarecimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO — Resultado da votação, vinte e dois “sim” dois Srs. Deputados “não”.

O SR. PRESIDENTE — Com 24 Srs. Deputados, presentes, não há quorum para deliberação.

O SR. NILSO SQUAREZI — (Questão de ordem). Invocando o Artigo 134 do Regimento Interno, em seu Parágrafo 1º e tendo conhecimento este Deputado que existe sobre a mesa requerimento do Sr. Deputado Ezequias Losso e este Deputado pediu para ser discutido e invocando o parágrafo 1º do Artigo 134, que diz: “Serão verbais e independem de apoio e discussão, podendo ser votados com qualquer número os requerimentos que solicitarem, 1º, 2º e 6º votos de regozijo ou de pesar por ofício, requerimento ou outra forma qualquer de escrita”. É o caso do requerimento que está sobre a Mesa. Peço que seja colocado em discussão e votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa esclarece que seria colocado em discussão mas não há número para deliberação, há para prosseguimento da Sessão. Portanto, após a transferência do presente requerimento, serão colocados ainda outros dois requerimentos em discussão e não em votação, porque não há número para deliberação, tão somente.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, objetivando vistoria no prédio do Grupo Escolar Almirante Tamandaré, em Foz do Iguaçu. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando voto de congratulações ao Sr. Presidente do INPS pelas excelentes medidas visando proporcionar saúde, bem estar e progresso educacional em nossa terra. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

O SR. NILSO SQUAREZI — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Por liberalidade, concedo a palavra para V. Exa. para discutir, uma vez que não será votado por falta de quorum. Foi colocado em discussão, ficará a votação para a próxima sessão.

O SR. NILSO SQUAREZI — Sr. Presidente, quer me parecer que pode ser votado com qualquer número o presente requerimento. Artigo 134, 6º.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência esclarece que o item 6º do Artigo 134, parágrafo 1º, fala em regozijo e voto de pesar, inclusive requerimento esse que tem apenas a possibilidade de discussão e como o presente requerimento de autoria do Deputado Ezequias Losso é voto de congratulações, ele é colocado em discussão e votação, uma vez que coincide no mesmo artigo, § 4º, item 7º.

“Quaisquer outros assuntos que não se refiram a incidentes sobre vindo no decurso das discussões ou das votações”.

Este requerimento portanto, é colocado em discussão e votação, e será colocado como está sendo, em discussão e votação, ficando transferida a sua votação para a reunião de amanhã.

Pergunto ao Deputado Sguarezi se pretende discutir o requerimento.

O SR. NILSO SQUAREZI — Não.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão. A votação ficará para a próxima Sessão.

Deputado Del Ciel, a Mesa pede vênica a V. Exa. que estava inscrito para explicações pessoais. Tem a palavra o Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Perdoem-me, Srs. Deputados, por através solicitação da palavra tomar o tempo de Vv. Exas. que já retornariam aos vossos gabinetes de trabalho.

Não venho à tribuna em defesa do deputado que utiliza da palavra. Mas, aqui me apresento, por não admitir que parlamentares do meu partido político ou do partido governista, simples deputado, ou líder arenista, traga observações e restrições, quanto ao nosso comportamento na Presidência desta Casa Legislativa.

Como todos o ser humano, poderemos vir a cometer equívocos, um lapso, na Presidência dos trabalhos desta Casa. Mas não será em momento, algum, desonroso para este deputado, receber a questão de ordem dos Srs. Parlamentares, e ouvindo proceder as reivindicações que necessárias se fizeram na oportunidade.

Venho à tribuna mais uma vez desrespeitando o Regimento Interno desta Casa Legislativa, o Deputado líder governista, tripudiando através de uma questão de ordem na atuação deste parlamentar, quando em uma oportunidade presidia os trabalhos desta Casa Legislativa, talvez não tenha feito entender pelo líder da maioria ausente desta Casa Legislativa. Líder da maioria ausente dos problemas do povo paranaense, porque aqui quase nunca comparece, e obriga-nos a se utilizarem de recursos regimentais, como V. Exa. faz na tarde de hoje, para condenar o objetivo e a intenção deste Deputado, que foi tão somente por questão de ordem, por respeito ao cumprimento do Regimento Interno desta Casa Legislativa, solicitar ao Sr. Presidente que interrompesse a votação que não anunciase aos Srs. Deputados o resultado, porque o Regimento Interno exigia 2/3 da maioria absoluta para a votação da matéria ora apreciada.

O Deputado talvez não me tenha entendido, e ofendido, não pela repreensão, mas pela observação deste Deputado quando presidia esta Casa, via aí a oportunidade de nos devolver a observação feita naquela oportunidade. Tem o aparte o nobre Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Deputado Del Ciel, na oportunidade em que V. Exa., presidindo os trabalhos deste Poder, se dirigiu a mim de maneira considerada por mim — e é problema de foro íntimo — como até desrespeitosa nos termos em que a referiu, vi o tratamento discricionário da parte de quem presidia a sessão, porque instantes antes, em questão de ordem, o Deputado José Domingos Scarpelini falava sentado sem que

V. Exa. o advertisse de estar ferindo o Regimento Interno. E naquela oportunidade V. Exa. me chamava a atenção com veemência tal que induz este Deputado a crer que V. Exa. tem contra ele problema de ordem pessoal, muito embora eu haja afirmado — e repito que em momento algum neste plenário me dirigi a V. Exa. com falta de respeito.

Não fui eu que feri o Regimento Interno que V. Exa., cioso do cumprimento dele, hoje mesmo na sessão plenária não se dignou citar o artigo do Regimento que estava sendo, segundo V. Exa., desrespeitado pela Presidência, hoje representada pelo eminente, nobre, inteligente e ilustrado 1º Vice-Presidente, Luiz Gabriel Sampaio.

E aí me referi que não artifício regimental, é respaldo de preceito regimental.

O SR. DEL CIEL — É recurso regimental.

O SR. IVO THOMAZONI — ... toda a ação desenvolvida por mim na condição de líder de minha bancada.

Só V. Exa., dentre tantos ilustres Deputados do MDB não concordar ter agido eu de forma que, respeitando o Regimento Interno, pudessem transferir para amanhã a votação de matéria que reputo importante porque é questão fechada da bancada. Só V. Exa. me atira pedras, só V. Exa. me recrimina, só V. Exa. me agride e fico até estarecido ao ver V. Exa., em explicação pessoal, dizer que o desrespeitei e o agredi, quando a coisa é completamente diversa. Não se faça de vítima porque não o é e nunca será, porque de nossa parte, principalmente de minha parte, estaremos atirando pedras em ninguém.

O SR. DEL CIEL — V. Exa. me comove com seu aparte.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. tem coração mole.

O SR. DEL CIEL — Há pouco V. Exa. procurava comover a toda a Casa, quando se apresentava como único homem da ARENA presente, o líder dos Deputados arenistas ausentes, no cumprimento de uma árdua missão, sendo-lhe imposto o grande sacrifício de levantar a questão de ordem que nós antecipamos para que se respeitasse o Regimento Interno da Casa.

V. Exa. não poderia nunca tentar condenar um senhor parlamentar por não ter às mãos o Regimento Interno para dele se utilizar. Os Deputados têm a preocupação de analisá-lo, estudá-lo, quando não apresentando artigos que definem a matéria. Os assessores da Comissão Executiva têm poderes e condições para fornecer os dados à Comissão Executiva que deverá, a nosso ver, acatar a questão de ordem do Senhor Parlamentar. E argui com o espírito de preservar e fazer valer os dispositivos regulamentares que normalizam os trabalhos da Assembléia Legislativa.

V. Exa. também, em aparte, voltou a fazer restrições à nossa atuação na Presidência da Casa.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. foi parcial. Não concorda com isto?

O SR. DEL CIEL — Volto a afirmar que V. Exa. descumpriu o Regimento Interno desta Casa, quando deixava de solicitar a palavra pela ordem, para que cumpríssemos, como consta, como determina o nosso Regimento, no caso que V. Exa. citou.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte?

O SR. DEL CIEL — Concederei, com muito prazer, logo que V. Exa. me permita concluir meu pensamento. V. Exa., com habilidade, procurou confundir aquele que, por sua condição, estava dirigindo os destinos desta Casa. V. Exa. deve ter presente na memória, quando, numa das sessões anteriores, quando o Deputado José Domingos Scarpelini, dirigiu-se à Presidência sentado, a Presidência fez soar a campainha e disse ao nobre Deputado da exigência do Parlamentar se erguer para se dirigir à Mesa.

E quando nos batemos pelo cumprimento de nossas normas regimentais é para que o respeito seja mantido. Todos os Parlamentares que se dirijam, à Comissão Executiva, o façam de pé, para que os trabalhos não sejam tumultuados.

Sei que feri até mesmo dois Companheiros de bancada, aos quais, apresentei, posteriormente, desculpas. Um foi o nobre Deputado Lúcio Machado quando, em defesa do Regimento Interno, deixamos de, inclusive, oferecer despacho à questão de ordem que o prezado e brilhante Deputado apresentava. Não admito que isso aconteça. E preferiria até

mesmo não ter a responsabilidade de dirigir os destinos dos trabalhos, mas a nossa posição nos obriga a isso. E sempre que tenhamos que ocupar a mais alta cadeira desta Casa Legislativa, procurarei honrar a Presidência, e sempre que estiver dirigindo a Casa, procurarei fazer cumprir o Regimento Interno.

Srs. Deputados, sei que muitos, mais antigos parlamentares já devem ter ficado magoados, marcados, por observações feitas por Deputados que dirigiam os trabalhos, chamando a atenção para o cumprimento do Regimento Interno. E sempre que a Comissão Executiva estiver sob a nossa responsabilidade, faremos as observações regimentais, e chamaremos a atenção dos Deputados, de ambos os partidos, sempre que nos encontrarmos dirigindo os trabalhos, para que observem o que determina o Regimento Interno da Casa.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Obrigado. Deputado Del Ciel, V. Exa. não admite uma pressão. V. Exa. disse, dessa tribuna, repetiu muito “não admito”. E quer me responsabilizar porque, talvez, emocionalmente, tenha ficado ferido por haver presenciado um ato de V. Exa.; não simplesmente por haver V. Exa. chamado a atenção deste Deputado. Porque, V. Exa. não foi o primeiro, nem será o último Presidente a proceder assim. Com muitos Presidentes que já passaram por esta tribuna, têm ocorrido situações idênticas, muitas vezes necessitando e até usando o Regimento. É um artifício que cabe a qualquer Parlamentar também para se passar despercebido, para obter vitória porque esta é uma Casa Política. Mas, o que feriu, o que marcou na sua atitude, é que vi na sua atitude um ato de muita parcialidade, porque V. Exa. deixava de fazer a mesma observação a um Deputado ilustre, só porque ele é da bancada de V. Exa., e V. Exa. chamava a atenção deste Deputado, com veemência. Eu baixei a cabeça e respeitei V. Exa., e também não procurei contestar sua autoridade em momento algum, dizendo que V. Exa. não estava agindo corretamente com o Deputado da bancada de V. Exa. E se Deputados receberam os pedidos de desculpa de V. Exa. depois do término da sessão, este Deputado não teve a honra de receber essas desculpas, talvez não merecesse essa fineza, de maneira que ficou em mim, marcada, a atitude de V. Exa., quando na Presidência daquela sessão.

V. Exa. não veja nisso nenhuma atitude inconveniente deste Deputado, porque V. Exa. tantas vezes e até agora, mesmo, está se a queixar, não para se penitenciar, mas para dizer que não admite que o Deputado Ivo Thomazoni faça qualquer observação a qualquer atitude de V. Exa.

Peço que me desculpe, se é que feri melindres de V. Exa., se é que pretendi, aqui na minha humildade, subir às alturas e ferir V. Exa. Não era esse o meu propósito. Mas V. Exa., naquela questão de ordem, também não respeitou o Regimento Interno, porque não o invocou. Eu deixei V. Exa. terminar sua questão de ordem e só depois é que solicitei a palavra: V. Exa. está de novo se voltando contra mim, porque eu não disse nada quando V. Exa. estava com a palavra, mas V. Exa., nesta tribuna, que tem a palavra assegurada, tem agora, de minha parte, os agradecimentos por haver me permitido dois ou três apartes. Muito agradecido a V. Exa.

O SR. DEL CIEL — Agradeço o aparte de V. Exa. e devo fazer justiça a humildade de V. Exa. em todos os momentos, em todas as manifestações de V. Exa. nesta Casa Legislativa. Inclusive, não nos sentimos bem ao dar cumprimento ao Regimento Interno, quando V. Exa. o desrespeitava, ou deixava de observar uma de suas exigências, mas volto a frisar quando afirmo que não admito é que V. Exa. traga considerações extemporâneas, quando o Presidente falha, quando o Presidente falta ele deve ser punido, deve ser impedido, deve ser alertado no exato momento em que a injustiça ou erro esteja sendo cometido.

Apanho-me de surpresa a revolta de V. Exa., homem humano, humilde e simples que V. Exa. é, e que este Deputado respeita e preza. Causa-nos surpresa a preocupação de V. Exa., quando em questão de ordem dirigiu-se agressivamente a nós, condenando nosso comportamento. Com isso não nos preocupamos, viemos à tribuna e daqui saímos com a consciência tranquila, que quando presidimos a sessão, nos utilizamos do Regimento Interno. Estamos certos de que a nossa atuação e o nosso comportamento nesta Casa Legislativa tem sido respeitoso com todos os Srs. Deputados.

Depoio a V. Exa. todos os elogios a mim lançados e a mim dirigidos e espero, como grande líder que é, V. Exa. encontre a mesma facilidade que teve na sessão de hoje para, através de um artifício regimental, de um recurso regimental, impedir a decisão de uma matéria tão importante para o nosso Estado e, principalmente, para o magistério e a educação paranaense, que V. Exa. encontre a mesma força e as mesmas condições no trato com os seus companheiros para que eles aqui se apresentem no cumprimento do dever, correspondendo a votação que obtiveram, para que aqui se façam presentes e nos derrotem pelo voto proque pelo voto temos procurado derrotar a V. Exa. e ao Seu Partido quando divergência há intenção para decisão de matérias importantes como esta, que se apresentou.

O MDB teve oportunidade de retirar sua bancada do plenário quando da apreciação do requerimento do ilustre Deputado Osvaldo Macedo. Mas aqui ficamos e aqui permanecemos enquanto o Regimento Interno nos oferecia recursos para lutar, para evitar que V. Exa. rejeitasse a matéria. A bancada emedebista foi honrada, teve a coragem de aceitar quando se esgotaram, a decisão da maioria que foi respeitosa naquela oportunidade. Mas, hoje, nos revolta e nos antecipamos pela questão de ordem para que não se desse prazer, ilustre líder do Governo, que V. Exa. atuasse como se tivesse descoberto a fórmula para evitar que uma matéria fosse apreciada pelo plenário da Casa.

Devemos lembrar que conhecemos o recurso regimental, conversamos com os companheiros e decidimos aqui permanecer até a derrota que nos foi imposta naquela oportunidade.

Mas, se transmitimos o nosso descontentamento com relação a este comportamento, ou a esta decisão da utilização, que é legal e que é regimental, deste artifício e deste recurso. Nós pessoalmente, a nossa consciência manda que protestemos nesta oportunidade, que discordamos de seu uso principalmente porque sabemos ou acreditamos, pelo menos se nenhum equívoco houver, que houve manifestação da intenção de que nenhum partido político se utilizaria deste recurso para evitar a votação de qualquer matéria.

OSR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. fala em acordo de cavalheiro, acordo de lideranças para que este recurso regimental não fosse adotado. Confesso, como líder da Arena, que desconheço qualquer acerto neste sentido. Se alguém fez, nobre Deputado, quero acreditar que minha bancada não participou. É um recurso regimental. Se, V. Exa. não quer aceitar proponho uma alteração do Regimento, mas não me culpe de havê-lo usado.

O SR. DEL CIEL — Quero dizer a V. Exa. que se acordo de cavalheiros não houve, houve um compromisso, muito maior com o povo do Estado do Paraná, que tem a certeza de que aqui estão 54 Srs. Deputados, todos responsáveis, conscientes de suas responsabilidades e de suas deveres. Não sei se deve condenar, mas assim manda a minha consciência. Condeno a bancada, o partido político, os Srs. Parlamentares que se utilizam destes recursos para evitar que uma matéria tenha aprovação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao Deputado Del Ciel que o seu tempo de 15 minutos foi prorrogado, ex-officio, para 30 minutos. Dos 30 minutos restam mais cinco para V. Exa. concluir.

O SR. DEL CIEL — Agradeço a gentileza dessa Presidência e a prorrogação.

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eminente Deputado Del Ciel, rapidamente para não tomar o seu tempo, apenas para dizer que se não houve acordo de cavalheiros neste sentido, V. Exa. já lembrou o episódio, o MDB soube amargar uma derrota depois de horas e horas de lutas neste plenário, embora tivesse à mão o mesmo expediente oferecido pelo Regimento Interno. No entanto, aqui permanecemos batendo idéias e batendo votos. Quero dizer a V. Exa. que não queríamos e não fizemos, foi a bancada da Arena, foi a bancada situacionista que inaugurou, para esta legislatura nesta Casa, a prática da retirada do plenário, da evacuação de Deputados deste Plenário, para evitar a existência de quorum.

Tomara, a própria bancada da Arena, ao longo dos anos que temos pela frente nesta legislatura, não venha a amargar aqui mesmo o que ela, o iniciou.

OSR. DEL CIEL — Agradeço o aparte de V. Exa., nobre Deputado Enéas Faria, e, antes de conceder aparte ao nobre líder da bancada governista, diria mais: que a meu ver o Regimento Interno desta Casa oferece este artifício a este recurso, o qual usou, a bancada majoritária.

É triste, é negro e condenável quando o partido majoritário, em uma Casa política necessite utilizar-se deste recurso para impedir que uma decisão dos representantes do povo seja adotada, seja posta em prática pelos parlamentares.

OSR. IVO THOMAZONI — Por favor, nobre Deputado, nada é tão triste, nada é tão tétrico assim. Estou plenamente convencido, eminente Deputado, de que nós tão somente adiamos a votação de uma matéria que amanhã, com a presença da bancada majoritária, será negada, será rejeitada.

Agora permita-me dizer: quer me parecer que o que vale para o MDB não vale para a Arena. O MDB inaugurou neste plenário, nesta legislatura — eu não diria um artifício — um recurso regimental, quando se absteve de votar matéria tão importante, que foi a votação para a eleição do Prefeito de Curitiba, quando então não houve censura por parte desta bancada à bancada do MDB, aceitamos a medida, a atitude da bancada do MDB, nem nunca nos referimos ao comportamento da bancada do MDB de maneira desrespeitosa, dizendo que é negra a perspectiva do futuro deste plenário. Este dispositivo regimental foi usado nesta Casa de Leis em outras legislaturas, será usado sempre enquanto persistir como dispositivo para ser usado. E V. Exa. quer me incutir, por favor, a responsabilidade de eu haver, quem sabe, segundo as palavras de V. Exa., inaugurado uma fase negra para este Poder, quando eu tão somente cumpri o Regimento. Porque eu não perdi a guerra, nobre Deputado, eu perdi apenas uma batalha hoje, para ganhá-la amanhã. V. Exa. quer impedir que a bancada da ARENA use um dispositivo do Regimento, para se vangloriar neste episódio. Não vejo razão de V. Exa. estar nesta tribuna para dizer coisa como o está fazendo, porque eu não inaugurei uma fase negra neste plenário e não pretendo envergonhar a Casa, pelo contrário, pretendo, ao final deste episódio sair vitorioso, com a rejeição da matéria.

O SR. DEL CIEL — Agradeço, nobre Deputado, e somente gostaria de lembrá-lo da impotência da sua bancada, da impotência da sua bancada para vencer uma batalha. Se o MDB usasse dos recursos que V. Exa. usou, V. Exa. permaneceria aqui, sem a oportunidade de uma revanche, com a presença dos parlamentares emedebistas.

V. Exa. ofereceu a contribuição do partido governista de forma a proporcionar ao partido oposicionista a oportunidade de aqui não permanecer em todas as oportunidades necessárias, para aqui não apanhar, não sofrer com a derrota.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao Sr. Deputado Del Ciel que seu tempo está esgotado e concede mais três minutos para que V. Exa. conclua.

O SR. DEL CIEL — Agradeço o espírito e compreensão de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo, para explicações pessoais.

O SR. OSVALDO MACEDO — Gostaria de fazer um reparo. Nós não podemos permitir eufemismo como pretende o ilustre líder da Arena quando imputa o MDB comportamento que o MDB não teve, a abstenção também é participação e foi uma posição de princípios, programática, e ideologia do nosso Partido até que foi respeitado. Apenas gostaria, tendo em vista a admiração que tenho por V. Exa., solicitar que V. Exa. encerrassem desde já o julgamento da bancada da Arena. Pode ser que o Sr. Secretário de Educação aqui não compareça. O julgamento do MDB não será a bancada do MDB que fará, serão as professoras do Paraná, as zeladoras do Paraná que farão, e se usa aqui de Expediente para fugir de uma decisão, nós sabemos que o Paraná todo saberá o que aqui acontecerá e gostaria que antes expedientes fossem usados junto ao povo do Paraná, em 1976 a 1978.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para ser breve, V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Na última sexta-feira este Deputado recebeu uma resposta do Deputado Alfredo Gulin, quando dizia que o Deputado Alfredo Gulin ao de-

fender era deselegante para com o Deputado Adalberto Daros que não estava presente ao Plenário. Apenas queria lembrar nesta oportunidade, que o Deputado Adalberto Daros estava para o interior viajando. Eu devolvo, então, para que fique consignado na Ata e mostrarei depois ao Sr. Deputado Alfredo Gulin apenas para resposta a ele, e é por essa a razão do meu aparte, a obrigação como Deputado é estar no Plenário, principalmente quando está presente, não se retirar.

O SR. OSVALDO MACEDO – Agradeço a V. Exa. e espero mesmo que quando nas possíveis passagens deste Deputado pela Presidência desta Casa exija o cumprimento do Regimento Interno, com todo o rigor da fria lei do Regimento Interno, no cumprimento das determinações desta Casa Legislativa. Acredito ter cumprido nosso dever e daqui saímos como aqui chegamos, com a consciência tranquila e levando a esperança de poder prestar algum serviço ao meu Estado e a minha gente paranaense. Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. IVO THOMAZONI – (Pela ordem). Indago a V. Exa. se existem outros Deputados para falar em explicações pessoais.

O SR. PRESIDENTE – O Deputado José Domingos Scarpelini, para quem concedo a palavra.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – Sr. Presidente, agradeço ao espírito liberal de V. Exa. em não me chamar a atenção por estar falando sentado e, neste momento, eu desisto da palavra nesta tarde, uma vez que o orador e companheiro, Deputado Del Ciel já completou aquilo que nós queríamos fazer na tribuna desta Casa. Muito obrigado.

O SR. IVO THOMAZONI – Sr. Presidente, V. Exa. me permitiria que eu usasse da palavra em explicações pessoais por 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE – V. Exa. tem 15 minutos.

O SR. IVO THOMAZONI – Apenas para ler um trecho de uma notícia para ver que a Arena não inova nada.

O SR. ENÉAS FARIA – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nós ficaremos em Plenário para homenagear V. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI – Será apenas um minuto para que conste das notas taquigráficas o seguinte. Apenas um Vereador do MDB Sr. Arlindo Ribas de Oliveira, não se ausentou do Plenário da Câmara Municipal de Curitiba, quando da votação do Relatório da URBS, uma vez que outros 5 edis da oposição preferiram abster-se ausentando-se do plenário para, naturalmente, usando de dispositivo regimental, impedir que a matéria fosse votada.

O SR. ENÉAS FARIA – Trago a V. Exa., com toda a força que, também lá, na Câmara Municipal, não foi o MDB que inaugurou a prática.

O SR. IVO THOMAZONI – Apenas, Sr. Presidente, para que constasse dos Anais desta Casa, a afirmação que eu fiz. O que vale para o MDB não vale para a Arena, quando o MDB topa uma atitude idealística e programática, quando a Arena usa um dispositivo regimental ela está violentando a consciência do Poder, ela está nas palavras que não são minhas, a denegrir o bom nome da representação governista nesta Casa. Quer me parecer, Sr. Presidente de que se culpa a Arena em tantas coisas, de atitudes e procedimentos regimentais usados pela Oposição e usados sempre com acatamento e com respeito e até, com a admiração dos homens da ARENA, quando a ARENA também se vê derrotada no campo da luta e pela inteligência maior dos homens do MDB ou pela maioria eventual do partido da Oposição que possa ter em qualquer sessão aqui realizada. Razão pela qual, não me sentiria realizado, se em explicações pessoais rapidamente, pudesse dar a informação a esta Casa, que o MDB usa, não do artifício mas, da disposição regimental, para também vitoriar-se em episódios iguais a este.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria, nobre Deputado, que V. Exa. me esclarecesse qual a matéria que estava em votação, ou sendo discutida na Câmara Municipal de Curitiba, quando a bancada do MDB se declinou.

O SR. IVO THOMAZONI – Sim. Era um relatório da CPI incumbida de emitir parecer sobre o comportamento da URBS.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA – Sr. Presidente, pela ordem.

O tempo parece, está esgotado. E não entrou nenhum requerimento pedindo a prorrogação da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE – Regimentalmente, restam ainda 3 minutos. Continua com a palavra o Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI – Prometi que seria breve. Agradeço a V. Exa. por haver me inscrito em explicações pessoais. Este meu pronunciamento, Sr. Presidente é apenas para não se afirmar que a ARENA está violentando...

O SR. DEL CIEL – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Talvez V. Exa. não tenha entendido a nossa intenção, quando lembramos que V. Exa. inaugurava na prática, uma sistemática de atuação nesta oportunidade.

Como bem lembrou o não menos brilhante Deputado Enéas Faria, que também na Câmara Municipal de Curitiba, o episódio foi iniciado pelo partido a que V. Exa. pertence, e nada impedirá, a não ser a consciência dos homens públicos do MDB, que daqui por diante, em situações idênticas, possa a nossa bancada utilizar do mesmo recurso regimental, que vamos dizer, existe em nosso Regimento, mas, cuja utilização é condenada e cuja utilização deve, pelo menos, ser utilizada tão somente por aqueles que não tenham outros meios para encontrar melhor resultado, melhor estímulo para uma matéria em apreciação.

V. Exa. tem a bancada majoritária. Utiliza dos poucos, dos escassos recursos regimentais que vigem nos Parlamentos brasileiros como um meio de sobrevivência ao partido da bancada minoritária.

Assim sendo, como ocorreu na Câmara Municipal de Curitiba o fato poderá sofrer a sua reprise nesta Casa Legislativa, visto que o partido governista, através da decisão de sua bancada e por intermédio de seu líder, veio a lançar mão deste recurso regimental. Não disse que houvesse imoralidade ou que não existisse o recurso regimental. Ele aí está e pode ser utilizado desde que a consciência de quem o usar assim o determine.

Em nossa formação política, debutantes nesta Assembléia, mas legisladores de há seis anos, primamos sempre, mesmo na liderança de nossa bancada, por lutar nos utilizando de todos os recursos regimentais. Se não perder o respeito dos compenheiros de outro partido político, e não prejudicar o município, no caso a Câmara Municipal, com uma decisão precipitada como se tomou hoje.

O SR. IVO THOMAZONI – V. Exa., Deputado Del Ciel, condena uma prática usada pelo MDB neste Poder, nesta Assembléia, em outras legislaturas. Se V. Exa. for à documentação histórica deste Poder haverá de observar que não foi uma única vez que o MDB deixou o plenário para evitar quorum para votação. Não é coisa nova.

O SR. ENÉAS FARIA – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço por V. Exa. ter levantado a questão com referência à nossa Câmara Municipal, trazendo à baila o problema da URBS e nele fazendo inserir a participação de nossa pequena, digna, honrada, lutadora e corajosa bancada na Câmara Municipal de Curitiba. E para que a coisa não fique no ar, não fique mal posta, já que V. Exa. levanta a questão e não traz maiores explicações, se houver tempo me inscreverei para, a partir de amanhã mostrar a esta Casa o verdadeiro desastre que é para o bolso do povo de Curitiba esta atitude governamental através da URBS.

O SR. IVO THOMAZONI – Agradeço o esclarecimento, mas fiz menção ao episódio para dizer que não fomos nós que inauguramos e nem pretendemos ser os donos do descobrimento deste recurso regimental tão usado aqui, lá e em toda a parte.

Idiota do líder do Governo se não o usasse para amanhã ser responsabilizado por uma derrota que pode ser transformada em vitória, desde que use o Regimento Interno no que é cabível.

O SR. DEL CIEL – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. nos trouxe uma informação já conhecida e que preferimos esquecer, a de que em outras oportunidades o nosso partido político já se haveria utilizado deste recurso. Lembro-me e faço V. Exa. se lembrar neste instante de que nosso partido contava tão somente com nove ilustres Srs. Deputados, na legislatura próxima passada. E que somos levados a crer que, se o partido governista atua de forma a sofrer prejuízos com a retirada de tão somente nove parlamentares, representantes de uma sigla

partidária, esse partido deixa de, por jutiça, ter condições de sobrevivência. É condenável, quero dizer com isso simplificando, que um partido tão majoritário, como o de V. Exa., na legislatura passada, tenha deixado de cumprir com suas obrigações para com o Estado do Paraná, dado o elevado índice de ausências, nesta Casa Legislativa, tão somente de retirada de 7, 8 ou 9 Deputados do MDB, na legislatura que passou.

Acredito ter me feito compreender por V. Exa., preocupei-me e assim me pronunciei, sentindo que V. Exa., contando com uma bancada majoritária, tivesse sido obrigado a lançar mão desse recurso regimental que a nossa consciência não admite. E espero, volto a frisar, que V. Exa. consiga encontrar a fórmula para que o Partido de V. Exa. se apresente majoritário como o é também, aqui nesta Casa Legislativa. Se o foi nas urnas que se faça representar pela maioria, em defesa do Governo do Estado e do povo paranaense. Porque, nós do MDB, com a bancada minoritária, estamos procurando cumprir com o nosso dever. E a nossa liderança tem solicitado, constantemente, a presença de todos os parlamentares, não permitindo que nos esqueçamos com o compromisso que temos para com o povo de nosso Estado, para procurar solucionar os problemas que afligem a gente paranaense.

Era tão somente isto, nobre, ilustrado, admirável, humilde, e brilhante, Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI – Deputado Del Ciel, dispense adjetivos. V.

Exa. está tão preocupado em censurar os Deputados da Arena que não compareceram à sessão, hoje. Mas, na bancada de V. Exa., hoje também houve faltas, nem por isso, me permiti sequer considerar válidas as razões pelas quais eles, os Deputados do MDB, aqui não compareceram.

V. Exa. está, hoje, criticando demais a Arena, porque alguns aqui não se encontram, mas quantos Deputados do MDB também não compareceram, e não fiz alusão nem mesmo de leve. V. Exa. disse que a sua consciência não admite o uso desse dispositivo regimental. Mas, nobre Deputado, ainda vou ler notas taquigráficas de uma futura sessão, quando, eventualmente, for solicitado pelo líder da bancada de V. Exa. que usem do mesmo dispositivo regimental, para conseguir adiar mais uma vitória do seu partido, neste plenário. E haverei de lembrá-lo, nobre Deputado, que V. Exa. também estará traindo a consciência de V. Exa., usando de um dispositivo regimental, pretender atender o apelo do líder da bancada de V. Exa., se ausentando do plenário.

A nossa liderança, até hoje, felizmente, graças a Deus, tem sido respeitada. E, hoje, solicitei, e sou portanto o responsável direto, por aqui não estarem presentes os Deputados da Arena. E o fiz usando de um recurso regimental.

Não vejo, com toda a sinceridade, que a tese de V. Exa. tenha sustentação a médio ou longo prazo. Porque, como já disse. V. Exa. poderá, ser solicitado pelo seu líder, para usando esse mesmo dispositivo regimental, evitar uma derrota da sua bancada.

Porisso, peço a V. Exa. que não censure tanto meu Partido, não censure tanto os homens de minha bancada, porque eles estão cumprindo um dever de parlamentar, para atribuírem a seu Partido uma vitória, neste plenário, usando um recurso regimental.

O SR. DEL CIEL – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ocorre, nobre Deputado, que não procuramos condenar a ausência dos Srs. Parlamentares da bancada governista.

A posição que adotamos é a seguinte: se um partido político, em razão da ausência justificada de seus parlamentares, deverá arcar com a responsabilidade de uma possível revolta em razão da ausência. Assim sendo, se V. Exa. se apresentou hoje com a bancada minoritária, deveria ter permitido que os trabalhos se desenvolvessem normalmente.

O SR. IVO THOMAZONI – Vou popularizar a situação: a bancada do MDB ganhou a partida por 2x1. Agora, quando se trata de um problema de maior importância, nós usamos do dispositivo regimental de sair do plenário. Não vejo razão para V. Exa. se sangrar em saúde e pretender dizer que nós estamos errados.

Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte.

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 3/75 e de Lei nºs 34/74, 107/74, 160/74.

2ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Resolução nºs 7/74, 14/75, 16/75, 32/75, 33/75.

1ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Resolução nºs 34/75, 35/75 e de Lei nº 14/75.

marcando ainda, uma Sessão Extraordinária, para amanhã, dia 14, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 36/75.

Levanta-se a Sessão.